



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE FÍSICA LICENCIATURA

ERIWELTON ANTONIO DE HOLANDA

**O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE PERNAMBUCO
AVALIADO POR SEUS DOCENTES E DISCENTES**

CARUARU

2018

ERIWELTON ANTONIO DE HOLANDA

**O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE PERNAMBUCO
AVALIADO POR SEUS DOCENTES E DISCENTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Física-Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Física.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Katharine Ninive Pinto Silva

CARUARU

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 – 1242

H722p Holanda, Eriwelton Antonio de.
O programa de educação integral de Pernambuco avaliado por seus docentes e discentes. / Eriwelton Antonio de Holanda. – 2018.
80 f. : 30 cm.

Orientadora: Katharine Ninive Silva Pinto.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Licenciatura em Física, 2018.
Inclui Referências.

1. Educação integral. 2. Ensino médio. 3. Ensino técnico. 4. Professores. 5. Alunos. I. Pinto, Katharine Ninive Silva (Orientadora). II. Título.

CDD 371.12 (23. ed.) UFPE (CAA 2018-356)

ERIWELTON ANTONIO DE HOLANDA

**O programa de educação integral de Pernambuco avaliado por seus docentes e
discentes**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Física-licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de
licenciado em Física.

Aprovada em: 19/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Katharine Ninive Pinto Silva (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. João Eduardo Fernandes Ramos (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Emanuelle de Souza Barbosa (1ª Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pedro Henrique de Melo Teixeira (2º Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca me abandonar e ser sempre meu refúgio, um pai que eu sei que posso contar a todos os instantes e a Nossa Senhora das Graças, a quem tenho uma imensa admiração e devoção, ela que intercede por mim a todo momento me levando a alcançar verdadeiras graças quando necessito.

Agradeço a meus pais Eneilza Maria de Holanda e José Donizete de Holanda, eles que sempre foram para mim o exemplo de perseverança, um exemplo de família. Nunca mediram esforços para verem o sucesso no futuro dos quatro filhos e que sempre cobraram de nós bom desempenho nos estudos. Hoje é graças aos esforços deles que eu estou conseguindo concluir a graduação.

Não poderia esquecer algumas pessoas essenciais na minha família que zelaram por mim e meus irmãos, pela nossa educação e que ajudaram meus pais nos momentos mais difíceis. Por isso, agradeço as minhas tias Genilda e Guadalupe, meu tio Pedro e a minha madrinha/professora/prima Isabela.

De forma especial, lembro da minha avó Maria de Jesus por quem tenho um amor tão especial. É a pessoa que anima todos os meus dias com seu jeito todo especial e carinhoso, me ensina tantas coisas com suas histórias de vida.

Agradeço também aos meus amigos e minha irmã por estarem comigo sempre. Com certeza é graças a vocês que os pesos da vida se tornam mais leves. Por isso, obrigado Amanda, Poliana (Popola), Wesla, Elton, Eduardo (Nuna), Everaldo, Risomário. Obrigado por me suportarem seus chatos!

Agradeço a todos os meus professores porque é graças a vocês que hoje eu dou mais um passo na minha vida rumo aos meus sonhos. Em especial ao professor Everaldo e a professora Elizabeth por quem criei um vínculo de afetividade e admiração que espero cultivar para o resto da minha vida. Admiro muito vocês!

Por fim, agradeço a minha orientadora e professora Katharine, por ter aceitado este desafio três vezes na iniciação científica e agora na minha monografia. Agradeço por ter ajudado a evoluir meus pensamentos durante a minha graduação e por me ensinar tantas coisas. Muito obrigado por tudo professora!

RESUMO

Esta monografia, apresentada ao curso de Física Licenciatura, expõe dados conclusivos a partir de duas pesquisas de Iniciação Científica. Em geral, buscou-se analisar como os docentes e discentes do Ensino Médio e integrantes dos Programa de Educação Integral (PEI), criado a partir da aprovação da Lei Complementar N° 125 de 2008 no estado de Pernambuco, estão avaliando o desenvolvimento do projeto em suas respectivas escolas. O tema em questão foi escolhido devido aos destaques que o estado ganhou nos últimos anos por ter um dos melhores sistemas educacionais do país segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). As referências teóricas que utilizamos para compreender os temas abordados na pesquisa são: Bardin (2002), Brooke (2006), Cavaliere (2002), Costa (2008), Frigotto e Ciavatta (2011), Guará (2006), Mizukami (1986), Magalhães (2008), Mancebo (2007), Morgan (1997), Santos (2015), Teixeira (1957), Veloso (2009) e etc. Em seguida, foram feitas análises de alguns documentos, trazidos em anexo, que tratam da educação integral em Pernambuco para posteriormente ir a campo. Na primeira parte da pesquisa foram escolhidas uma Escola Técnica Estadual (ETE) e uma Escola de Referência (EREM) ambas pertencentes ao programa. O público alvo da pesquisa foram os professores e a metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada, para Manzini (1990/1991, p.154) a técnicas focaliza em um assunto e deste elabora-se um roteiro. Na segunda parte da pesquisa, escolheu-se apenas uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) e dessa vez o público alvo escolhido foram os discentes e a metodologia utilizada foi a de Grupo Focal, que para Kitzinger (2000) e Morgan (1997) é um método de entrevistar grupos. Em geral, foi possível concluir que os sujeitos participantes das pesquisas não concordam que o Estado de Pernambuco tenha realmente um dos melhores Ensino Médio do País, considerando o ranking do IDEB. Consideram que há uma ênfase maior na produção desses resultados do que no investimento em uma melhor qualidade da educação. No entanto, por outro lado, consideram que as escolas vinculadas ao PEI, em relação ao vivenciado nas escolas que não fazem parte do Programa, possuem melhores condições de trabalho e estudo, o que contribuem para uma melhoria da educação do Estado.

Palavras-chave: Educação Integral; Programa de Educação Integral; Ensino Médio; Escola Técnica; Escolas de Referência; Docentes; Discentes.

ABSTRACT

This monograph, presented to the Licentiate Physics course, presents conclusive data from two researches of Scientific Initiation. In general, it was tried to analyze how the teachers and students of the High School and members of the Integral Education Program (IEP), created after the approval of Complementary Law No. 125 of 2008 in the state of Pernambuco, are evaluating the development of the project in their respective schools. The theme in question was chosen because of the prominence the state has gained in recent years for having one of the best educational systems in the country according to the Basic Education Development Index (BEDI). The theoretical references that we use to understand the topics covered in the research are: Bardin (2002), Brooke (2006), Cavaliere (2002), Costa (2008), Frigotto and Ciavatta (2011), Guar (2006), Mizukami (2008), Mancebo (2007), Morgan (1997), Santos (2015), Teixeira (1957), Veloso (2009) and others. Next, analyzes were made of some documents, annexed, dealing with the comprehensive education in Pernambuco to later go into the field. In the first part of the research, a State Technical School (ETE) and a Reference School in High School (RSHS) were chosen, both belonging to the program. The target audience of the research were the teachers and the methodology used was the semi-structured interview, for Manzini (1990/1991, p.154) the techniques focuses on a subject and from this a script is elaborated. In the second part of the research, only one Reference School in High School (RSHS) was chosen and this time the target audience was the students and the methodology used was of Focal Group, which for Kitzinger (2000) and Morgan (1997) is a method of interviewing groups. In general, it was possible to conclude that the subjects participating in the surveys do not agree that the State of Pernambuco actually has one of the best high schools in the country, considering the BEDI ranking. They feel that there is a greater emphasis on producing these outcomes than investing in better quality education. However, on the other hand, they consider that schools linked to the IEP, in relation to those experienced in schools that are not part of the Program, have better working and study conditions, which contribute to an improvement in state education.

Keywords: Integral Education; Integral Education Program; High school; Technical school; Reference Schools; Teachers; Student.

LISTA DE QUADROS

	P.
Quadro 1 – Roteiro de entrevista com os professores	38
Quadro 2 – Roteiro de entrevista com os discentes.	40

LISTA DE TABELAS

	P.
Tabela 1 – IDEB observado de Pernambuco	33
Tabela 2 – IDEB projetado para Pernambuco	33
Tabela 3 – Desempenho do Brasil em 2015	34
Tabela 4 – Desempenho de Pernambuco em 2015	34
Tabela 5: Identificação e análise da formação inicial das pessoas entrevistadas	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
CEEGP	Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano
CIAC	Centros Integrados de Atendimento à Criança
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
ETE	Escola Técnica Estadual
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IC	Iniciação Científica
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PEI	Programa de Educação Integral
PISA	Programme for International Student Assessment
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNIVESP	Universidade Virtual Do Estado De São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1	O ENSINO MÉDIO INTEGRAL NO BRASIL.....	20
2.2	PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO (DE TEMPO) INTEGRAL EM PERNAMBUCO.....	25
2.3	O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 2008-2018.....	27
2.4	TRABALHO DOCENTE.....	30
2.5	MELHORIA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO?.....	33
3	METODOLOGIA.....	36
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	42
4.1	ENTREVISTA COM OS PROFESSORES.....	42
4.2	ENTREVISTA COM OS ALUNOS.....	47
5	CONCLUSÃO.....	51
	REFERÊNCIAS.....	54
	ANEXO A - Convênio de Cooperação nº 021/2003.....	57
	ANEXO B - LEI Nº 12.588, DE 21 DE MAIO DE 2004.	63
	ANEXO C - LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE JULHO DE 2008.....	65
	ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA COM DOCENTES.....	69

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES.....	70
APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REPRESENTANTES DA ESCOLA	73
APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS/RESPONSÁVEIS	76
APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ALUNOS MAIORES DE IDADE.....	79

1. INTRODUÇÃO

No Brasil as experiências com educação surgem pouco tempo após a invasão das terras, por volta de 1549, com o trabalho dos padres jesuítas que desembarcaram por aqui. Segundo Jorge Couto (2014) em aula publicada pela UNIVESP TV¹, o objetivo inicial destes era a conversão dos indígenas para o cristianismo, fazendo com que aquelas almas tivessem a salvação. A questão da educação surge após pressão dos mais nobres, que cobravam que a companhia se dedicasse também ao ensino. Eles foram atendidos, mas a educação foi bem dividida e era ofertada de maneira diferente entre os índios que estudavam o catecismo em locais improvisados chamados aldeamentos e os filhos dos colonos que iam a colégios construídos com estrutura mais elaborada pelo investimento que recebiam.

Desde o Brasil colônia, levou-se muito tempo para ser criado algum mecanismo que se comprometesse com o desenvolvimento da educação no país. Só em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 4.024/61), primeira lei nacional que abordava o tema, durante sua tramitação no congresso houve uma disputa entre grupos para definir quais eram os princípios da educação. As ideias que pautavam as discussões eram: A educação deveria ser papel apenas do estado e só poderia ser ofertada de forma privada apenas mediante concessão do estado, já a outra concepção defendia que a educação ofertada por escolas particulares, nesta situação o estado só deveria intervir no caso das famílias mais carentes que necessitassem de ajuda para colocar os jovens na escola, nesse caso o governo deveria ofertar bolsas de estudos.

Já em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, 9.394/96) que vigora atualmente e abrange todos os sistemas de ensino presentes no país, definindo regras de funcionamento e como os governantes devem priorizar esta área. O governo federal toma para si a responsabilidade de promover políticas educacionais que visem a melhoria no sistema de ensino, mas descentraliza a aplicação para os estados e municípios. Em seu artigo 10º inciso VI, por exemplo, a LDB aborda o dever do estado de assegurar o ensino fundamental e oferecer, como prioridade, o ensino médio.

¹ Disponível em: < <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=8737> >. Acessado em 01/11/2018.

Com isso, é dever da administração pública oferecer aos jovens que residem no país possibilidades de conclusão do ensino básico. Para possibilitá-los, é necessário que sejam criados meios, como políticas públicas, que assegurem aos jovens o direito de terem uma educação coletiva de qualidade que dê possibilidades deles fazerem escolhas ao concluírem o ciclo básico.

A necessidade de se ter educação de qualidade faz com que os políticos em época de campanha abracem a causa e prometam diversas soluções para resolver os problemas que cercam esta área, bem como para saúde e segurança que talvez sejam os principais anseios pelos quais a sociedade clama à bastante tempo.

Durante as gestões dos ex-presidentes Lula (2003 – 2011) e Dilma (2011 – 2016), mas principalmente no primeiro, o país conquistou diversos avanços nas áreas mencionadas no parágrafo anterior com programas que ajudaram no desenvolvimento nacional. A partir de políticas públicas de investimentos na educação, foi oportunizado a sociedade maior possibilidade de conclusão do ensino básico e acesso ao ensino superior.

É durante esse período que surgem no país avaliações em longa escala para aferir a qualidade do ensino básico pelo território nacional. Em 2007, o governo federal, através do Ministério de Educação (MEC), cria o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O principal intuito era, e ainda é, aferir a qualidade da educação nacional em todas as redes escolares distribuídas ao longo do território brasileiro. Os resultados são disponibilizados ao público para consulta online no site² do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O site apresenta dados colhidos para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como para o ensino médio e apresenta também as metas traçadas para as dependências de ensino desde o ano de criação.

A medida que o primeiro resultado do IDEB foi divulgado, apresentou-se discrepâncias entre os sistemas de ensino, principalmente os sistemas municipais e estaduais que obtiveram notas muito inferiores quando relacionados as escolas particulares. Além das diferenças entre os sistemas de ensino, foi possível perceber também a desigualdade educacional entre os municípios e estados do país. Percebeu-se

² Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acessado em: 23/10/2018.

por exemplo, que os estados da região nordeste ficaram com as piores notas do país em 2008, segundo dados do Sintepe³. A forma como esses resultados são apresentados para a sociedade direciona para a necessidade de se promover mudanças no sistema educacional.

Dessa forma, as cobranças pela melhoria da qualidade da educação básica tiveram mais apoio. Um dos pedidos para a melhoria na do ensino seria a reestruturação do mesmo, já que não seria mais possível que as instituições de ensino insistissem em rejeitar o desenvolvimento ao qual estamos passíveis e continuasse a funcionar como a mesma escola convencional dos séculos passados. Fazendo assim, a falência do sistema poderia ser declarada, já que não tinha capacidade de romper com os métodos tradicionais que provavelmente serviram para outras gerações, mas que já não atendem as necessidades dos estudantes atuais.

Durante o trajeto do estudante na educação básica, ele se depara com uma fase que compreende, normalmente, uma trajetória de três anos, chamada ensino médio. Provavelmente esta será a fase de conclusão do discente no itinerário compreendido entre o ingresso da criança nos anos iniciais no ensino infantil, passa pelo ensino fundamental 1 e 2, e se encerra com a conclusão do Ensino Médio, totalizando aproximadamente 14 anos de ciclo. Seriam estes últimos que teriam a função de preparar o discente para viver em sociedade, seguir carreira acadêmica nas universidades, ou para ingressar imediatamente no mercado de trabalho como mão de obra preparada para desempenhar atividades atribuídas.

Como forma de melhorar o sistema de ensino no estado de Pernambuco, o governo estadual no ensino integral como forma de modernizar o sistema de ensino, atrair os jovens e assegurar que eles conseguissem concluir o 3º ano do ensino médio.

O projeto iniciou em menor escala durante a gestão do governador Jarbas Vasconcelos (1999-2006) com a proposta do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), criado em 2004. O Colégio Estadual Ginásio Pernambucano, um dos mais antigos do país e localizado na capital do estado, teve seu método de ensino remodelado e passou a funcionar através de uma parceria público/privada. No projeto

³ Disponível em: <<https://www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/secretarias/sintepe-educacional/389-nordeste-tem-piores-indices-educacionais-do-pais>> Acessado em: 01/11/2018.

tinha-se na época a educação em tempo integral como alternativa de melhoria para a educação, além de valorização salarial dos funcionários. Houveram várias críticas ao novo formato da escola, entretanto o modelo ainda foi implementado em algumas instituições ao longo do estado.

Logo após o governo de Jarbas, assumiu o comando do estado o ex-governador Eduardo Campos (2007-2014) que encontrou o estado com uma educação bastante sucateada e com notas baixas no IDEB. Em 2007, o estado estava empatado com o Amapá e ocupava a 21ª colocação entre os estados do Brasil, além disso o resultado que foi 2.7 ficou bastante próximo do estado que apresentou o pior desempenho que foi o Pará com 2.3. Esta situação já indicava para o novo governado que ele teria desafios no campo da educação que deveriam ser enfrentados e superados.

Então, para melhorar o quadro deplorável ao qual estava o estado, foi sancionada em 10 de julho de 2008 a Lei Complementar Nº 125, com o objetivo de promover a educação integral nas escolas estaduais. A competência dessas escolas é ofertar o ensino médio nas instituições que fizessem parte do programa. Dessa forma, esperava-se uma melhoria na qualidade educacional do estado e também propiciar aos estudantes qualificação profissional. Assim, ao concluir o ensino médio o estudante estaria apto para ingressar diretamente no mercado de trabalho, assim como teria condições de matricular-se diretamente no ensino superior.

De início, o programa só foi implementado em algumas escolas do estado, mas a perspectiva do governo seria difundir o ensino (em tempo) integral em todas as regiões do estado, por isso hoje tem-se pelo menos uma Escola de Referência (EREM) em boa parte das cidades, sendo um total de 366⁴ das 410 escolas de tempo integral. Para isso, foi preciso transferir maior parte da educação pública de alunos do ensino fundamental para as redes municipais de educação, já que o projeto visa atender apenas o ensino médio.

Os resultados esperados pela secretaria de educação não podiam ser obtidos imediatamente, mas com o tempo observou-se uma evolução nos índices do IDEB referente aos últimos anos da educação básica. Com a implementação do Programa de Educação Integral, Pernambuco deu um salto surpreendente nas avaliações e alcançou

⁴ Balanço da Educação 2015|2018. Mais informações em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/15373/BALAN%C3%87O%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%202015-%202018.pdf>>. Acessado em: 18/01/2019.

recentemente o posto de melhor educação do Brasil, empatando em primeiro lugar com São Paulo em 2015 com nota 3,9⁵. É claro que Eduardo Campos e seu sucessor Paulo Câmara - ambos do mesmo partido- aproveitaram a situação para fazerem propaganda de suas gestões, já que segundo eles mudaram a situação do estado.

A educação integral ficou bastante conhecida por todo estado e foi utilizada como referência a nível nacional para justificar a proposta do governo federal de reforma do ensino médio em 2017. O texto da atual Lei Nº 13.415⁶⁷, traz como um dos principais objetivos a educação em tempo integral e apresentou o ponto como positivo justificando que estados como Pernambuco, que implementara a educação em tempo integral se destacaram nas avaliações de qualidade do ensino. Mas o pernambucano e na época ministro da educação, Mendonça Filho, foi pressionado por professores e movimentos estudantis para que não levasse o projeto adiante. É consenso entre a maioria da população que as bases que sustentam o ensino tradicional no país precisam ser revistas e mudadas já que o modelo não é atrativo e se mostra desatualizado perante as necessidades de aprendizagem dos discentes.

O que deixou as pessoas, ligadas ao processo educativo, desconfortadas com a proposta de reformulação do ensino médio foi a forma como ela foi apresentada e tramitada no congresso nacional. Através de uma Medida Provisória (MP) o projeto tramitou com uma velocidade incomum para ser aprovado e posto em prática. Não chamou professores, estudantes nem a sociedade em geral para o debate, deixando-os insatisfeitos por não atender várias necessidades, deixando de esclarecer muitos pontos apresentados. Só estender o tempo em sala de aula não é o suficiente para se justificar melhoria no ensino.

Além disso, diferente do que é mostrado pelo IDEB, o resultado obtido por Pernambuco em uma avaliação internacional, o Programme for International Student Assesment (PISA), mostra uma realidade totalmente diferente. Segundo este instrumento avaliativo, o ente federativo está entre os piores colocados dentro das áreas que eles

⁵ Mais informações em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=24483>. Acessado em: 01/02/2019.

⁶ Lei nº 13.415. Mais informações em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=602639>. Acessado em: 03/11/2018.

⁷ Com esta Lei, o Ensino Médio do país passa a oferecer disciplinas divididas em áreas do conhecimento e a implementação gradual do ensino médio integral.

avaliam que é Ciência, Matemática e Leitura⁸. Isto já é um ponto que chama bastante atenção, porque esse resultado não é divulgado e poucas pessoas no estado conhecem, ficando mais restrito a estudantes de cursos superiores que realmente buscam saber tal informação e que conhece essa outra avaliação.

Na proposta apresentada e que é divulgada no site da secretaria de educação do estado, o Programa de Educação Integral (PEI), que é o responsável pelas Escolas de Referência em Ensino Médio e pela Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), fundamenta a concepção filosófica destas instituições na educação interdimensional⁹. Dessa forma buscam, como a própria Lei complementar nº 125 coloca, a formação autônoma, competente, solidária e produtiva do estudante¹⁰.

Por isso, o aluno com formação baseada no PEI estaria diferenciado dos alunos que estudam nas escolas que utilizam a lógica de ensino tradicional, definido por Mizukami (1986) como aquela que o educando não faz parte do processo de construção da aprendizagem, sendo apenas mero depósito de informações. Esta proposta de formação é importante porque dá oportunidade de os alunos terem oportunidade de participarem de projetos diferenciados no seu dia a dia, que não são restritos apenas a aulas tradicionais e cansativas.

Entretanto, muita coisa não faz sentido com relação ao desenvolvimento do PEI nas escolas de ensino médio no estado de Pernambuco e as escolas parecem sofrer com a manutenção do projeto e seu desenvolvimento. Por exemplo, a matéria divulgada no site da Rede Globo em 26 de maio de 2017 com o seguinte título: “Alunos de escola de referência no Recife denunciam más condições de preparo de merenda”¹¹. Essa matéria trata de problemas de saúde adquiridos pelos alunos de uma escola na Zona Norte do Recife e que denunciam a falta de estrutura apresentada pela escola. Outra coisa que chama a atenção é a carga horária ampliada nas escolas que indicam que os alunos estão

⁸ Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf Acessado em: 29/11/2018.

⁹ Defende a construção do ser humano em dimensões. São elas: a afetiva, a corporalidade, a afetiva e a espiritual.

¹⁰ Dados disponíveis em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70>. Acessado em: 03/11/2018.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/alunos-de-escola-de-referencia-no-recife-denunciam-mas-condicoes-de-preparo-de-merenda.ghtml>. Acessado em: 04/11/2018.

tendo um aumento de tempo escolar para continuar a desenvolver o mesmo ensino tradicional.

Assim, é possível perceber que não há uma homogeneidade na implementação das escolas ligadas ao PEI e as desigualdades nos leva a questionar a melhoria da educação de Pernambuco e como ela está sendo desenvolvida em escolas do interior do estado. O nosso objeto de estudo é baseado na investigação da melhoria da educação e profissionalização ofertada por escolas que fazem parte do programa. Buscou-se procurar a participação da comunidade escolar para que eles pudessem falar sobre o sistema de ensino. Por isso, nos propomos a investigar *como docentes e discentes avaliam a proposta e o desenvolvimento do programa em suas escolas*.

A pesquisa é a finalização de dois trabalhos de iniciação científica (IC) desenvolvidas na UFPE com apoio da CNPq. A primeira IC, buscou entender como os professores avaliavam a qualidade do ensino e a qualificação profissional dos estudantes formados em escolas pertencentes ao PEI, sendo uma Escola de Referência e uma Escola Técnica as escolhidas para participarem da pesquisa. A segunda iniciação fora feita em uma Escola de Referência e buscou analisar como os estudantes avaliam a proposta. Em geral descobriu-se que para os estudantes, educação integral e apenas a ampliação da carga horária escolar e que tanto os discentes quanto os docentes concordam que o que está sendo colocado em prática não condiz com os status de melhor educação do país.

Para realização das pesquisas delimitou-se dois públicos: professores do ensino médio de uma Escola Técnica Estadual e uma Escola de Referência na primeira pesquisa, além de alunos de um Escola de Referência para a segunda pesquisa.

Com os professores escolheu-se trabalhar com a entrevista semiestruturada, uma técnica que para Nascimento (2008, p.27) pode ser utilizada com todos os segmentos da população e que dá maior flexibilidade à conversação. Acredita-se que o método possibilita maior dinamicidade entre entrevistado e entrevistador por não cobrar respostas objetivas para o tema, deixando o participante livre para expor ideias de sua vivência, mas sem perder o foco no tema central. Para a realização da mesma foi elaborado um roteiro de entrevista e documentação onde nos comprometemos a resguardar o sigilo da pessoa entrevistada.

Já para a entrevista com os alunos pensou-se em mudar a metodologia, para que além da dinâmica na participação, não houvesse a sensação de intimidação para os alunos

e eles se sentissem confortáveis para responder os questionamentos. Por isso, optou-se por realizar um grupo focal, que é uma técnica de entrevista em grupo.

Para desenvolvimento deste texto, inicialmente foi feita uma contextualização acerca dos principais temas que norteiam este trabalho possibilitado através de revisão bibliográfica. Também foi feita análise de alguns documentos como: Convênio de Cooperação nº 021/2003, Lei Nº 12.588, Lei Complementar Nº 125, DE 10 de julho de 2008, entre outros dispostos em anexo. Por fim as entrevistas que foram gravadas para posterior análise dos dados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo do trabalho será dedicado a apresentar as teorias por trás da educação integral, além de algumas experiências vividas pelo país. Portanto, o desenvolvimento deste buscará situar o leitor acerca dos principais tópicos considerados no desenvolvimento desta pesquisa.

2.1 O ENSINO MÉDIO INTEGRAL NO BRASIL

O movimento escolanovista surgiu no Brasil no final do século XIX e ganhou força até meados do século XX. Além deste país o movimento já havia surgido em outros e teve muita força em países da Europa e da América. O projeto trouxe consigo uma grande complexidade ao envolver vários intelectuais. Na América Latina, teve como principal influenciador o filósofo John Dewey e no Brasil, teve Anísio Teixeira como um dos principais divulgadores das ideias de Dewey.

O movimento escolanovista buscava mudanças no sistema de ensino da época e tinha em sua essência as ideias progressistas de John Dewey que defendia que durante o ato educativo, o aluno também fizesse parte do processo. Neste caso, o papel da escola deveria ser de tornar o discente um sujeito ativo diante do conhecimento, o que se diferenciava da escola tradicional que colocava o aluno como um mero receptor de conteúdo. Dessa forma, muitas das ideias de Dewey ainda vigoram na atualidade, veja:

Currículo por projetos, preocupação com o interesse da criança, mobiliário adaptado para cada faixa etária, discursos sobre a liberdade do educando são algumas das bandeiras que caracterizaram o movimento e que permanecem atuais no campo educativo. (Cavalheiro & Teive, 2013, p. 2)

No Brasil, Anísio Teixeira – influenciado pelas ideias de Dewey – inicia as primeiras experiências do país com educação integral, sendo elas desenvolvidas na Bahia no ano de 1950. Dentre os temas defendidos por Teixeira estavam: escola pública em todos os níveis, o acesso igualitário as escolas, bem como condições iguais de ensino entre os educandos. Para Teixeira (1957, p. 80) a educação deveria ser assegurada pelo estado de forma gratuita, obrigatória e universal, não poderia deixar essa responsabilidade de oferecer educação de qualidade com as escolas particulares.

Teixeira (1957. p.80) explica a necessidade de não deixar a educação a cargo de particulares e justifica dizendo que eles só poderiam oferecê-la a quem tivesse posses, por isso ofereceriam de forma desigual dentro das desigualdades sociais da população, dessa forma ao invés de diminuir as diferenças, as escolas estariam servindo de palco para aumento desse desequilíbrio social.

É importante destacar que o Brasil é um dos países onde a distribuição de renda entre a população é feita de forma muito desigual. Com o advento e queda do regime militar, o país herdou uma desigualdade mais acentuada e que hoje é muito difícil de ser equalizada. Segundo pesquisa apresentada, em 2016:

Em 2016, o ganho médio de uma pessoa que integra o grupo de 1% mais rico da população era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre do país. 889 mil é o número de pessoas que integram o grupo de 1% mais rico, que em 2016 teve rendimento médio de R\$ 27 mil /mês 44,4 milhões é o número de pessoas que integram o grupo de 50% com menor renda e que em 2016 ganhou R\$ 747 em média por mês, inferior ao salário mínimo. (Venturini, 2017, s/p)

Era justamente isso que Teixeira previa ao pensar que a educação não poderia ser ofertada pelo sistema privado de ensino, tornando a educação um mercado. Infelizmente ao decorrer da história a pequena parte da população que adquiriu mais riquezas e influências tiveram, conseqüentemente, mais oportunidades de investir na educação de seus filhos. A diferença educacional pode ser vista nas avaliações sobre a educação no país que coloca as escolas públicas com os piores índices e com um grande quantitativo de desistência.

Pelas experiências de Teixeira com educação e quando esteve na direção da secretaria de educação do estado da Bahia (1947-1951), durante o governo de Otávio Mangabeira, ele pensou em criar um modelo de escola totalmente inovador para a época. Surgia então, um dos primeiros modelos de educação integral no Brasil. O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, desenvolvia suas atividades baseadas na filosofia do educador prezando pela inovação pedagógica.

Uma educação ambiciosamente integrada e integradora. Para tanto precisa, primeiro, de tempo: tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos (e não de adestramento para passar em exames), e de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual (Teixeira, 1957, s/p).

A escola tinha seu espaço dividido em duas áreas onde os estudantes tinham: numa delas o ensino com fins de desenvolver o currículo de disciplinas comuns a grade

curricular das escolas tradicionais, este espaço era conhecido como Escola Classe e havia também o espaço denominado Escola Parque, onde os discentes tinham a oportunidade de praticarem atividades diferenciadas do currículo, podendo ser citados nesta prática a educação artística, educação física e etc. Para Eboli:

Dar aos alunos a oportunidade de maior integração na comunidade escolar, ao realizar atividades que o levam à comunicação com todos os colegas ou com a maioria deles;

Torná-los conscientes de seus direitos e deveres, preparando-os para atuar como simples cidadãos ou líderes, mas sempre como agentes do progresso social e econômico;

Desenvolver nos alunos a autonomia, a iniciativa, a responsabilidade, a cooperação, a honestidade, o respeito a si mesmo e aos outros. (Eboli, ET AL, 1988, p. 191).

Este modelo de instituição era diferente dos demais da época porque se preocupava com uma formação humana do discente. Neste caso, a escola não se preocupava apenas em trabalhar o cognitivo dos alunos através do conteúdo programático de uma grade, mas era importante capacita-los para a vida em sociedade. Trazendo esta realidade para os dias atuais, as concepções de Teixeira podem ser enxergadas como críticas ao modelo de escola desta década já que boa parte das escolas se preocupam com a formação dos jovens para estarem capacitados para entrar no mercado de trabalho, ou apenas para terem a capacidade de serem aprovados nos vestibulares e tirarem notas proveitosas nos exames externos.

Mais tarde com o plano desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek, que visava a maior integração nacional a partir da construção de uma nova capital para o país, é criada Brasília. A nova capital teve um plano arquitetônico projetado por Lúcio Costa e neste havia a proposta de criação de escolas. Com base nos ideais de Anísio Teixeira, foram criados na nova capital os Centros Educacionais.

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do País (Teixeira, 1961, p. 195).

Entretanto, só em 1964 aconteceu a inauguração dos Centros de Educação Distrito Federal, mas foi também nesse ano que a democracia brasileira sofreu o golpe militar que extinguiu direitos dos cidadãos até que a democracia fosse reinstaurada. Cavalière refere-se ao período do regime militar para a educação integral da seguinte forma:

O programa de escolas de tempo integral atuou, em suas duas fases, como elemento catalisador e formulador de um conjunto de diagnósticos e propostas para a educação que, com a abertura política, vinham sendo resgatados e também recuperados nos períodos democráticos anteriormente vividos pela sociedade brasileira. Após a interrupção de vinte anos no pensamento educacional político-prático, provocada pelo regime autoritário, o PEE teve o papel de retomar esse pensamento, inspirando-se particularmente nas experiências de Anísio Teixeira no Rio, Bahia e Brasília. (Cavalière, 2002a, p. 98).

Após esse período de 21 anos conturbados pelo qual o Brasil passou, onde vários educadores, filósofos da educação e várias outras pessoas foram presas, torturadas e alguns tiveram que fugir para outros países em busca de exílio por correr perigo de vida; via-se na educação uma aliada para enfrentar os problemas da época pós-ditadura. Então, outros estados começaram a reestruturar seus modelos de educação e adotarem o sistema de ensino integral.

Nos anos 80, durante a gestão de Leonel Brizola a frente do governo estadual do Rio de Janeiro e seu secretário de Educação Darcy Ribeiro, foi criado o Programa Especial de Educação, construindo no estado os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), também conhecidos como Brizolões.

O programa tinha como objetivo proporcionar aos alunos da rede pública educação de qualidade além de outros suportes básicos como: esportes, assistência médica e odontológica, refeições (já que as escolas funcionavam em período integral), material didático, uniforme e outras atividades importantes para o desenvolvimento humano. Bomeny (2007, p.46) comenta que o programa era um ponto de honra porque oferecia as crianças das camadas mais populares condições de aprendizagem, enriquecimento humano pela cultura e compromisso com a mudança social.

Os Brizolões foram construídos seguindo um modelo arquitetônico comum para todos. Projetados por Oscar Niemeyer e diferente do que aconteceu na Bahia e em Brasília, a proposta dos CIEPs não ficou restrita a implementação apenas em uma cidade, o que deu possibilidade de mais pessoas poderem ter uma educação de qualidade e em tempo integral.

Através dos Cieps, Leonel Brizola convenceu o então presidente da república, Fernando Collor, da importância de se ofertar a educação integral para os discentes. Foi

então, que criaram o Projeto Minha Gente, através do decreto 539¹² e os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs). Segundo Gomes:

Leonel Brizola e ele haviam convencido o presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, da relevância dos Cieps e da escolaridade em tempo integral. Daí surgiram os Centros de Atenção Integral à Criança – Caics, que se tornaram política pública. (Gomes, 2010, p. 77)

O programa foi mantido, mas após o impeachment de Fernando Collor e posse de Itamar Franco, o Projeto Minha Gente foi redenominado como Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA) além dessa mudança, os CIACs se tornaram CAICs (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

Outras experiências foram sendo desenvolvidas em alguns estados, por exemplo o que aconteceu em São Paulo com o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC).

Em 2001, a educação integral volta ser pauta do governo federal nas discussões sobre educação. Neste ano é sancionada pelo presidente Fernando Henrique a Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Esta lei é o Plano Nacional de Educação (PNE) que traz como objetivos e metas duas em relação a educação integral:

21. Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

22. Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima Associado a Ações Socioeducativas. (Brasil, 2001, p. 24)

Apesar de ser previsto em lei, a educação integral requer do estado muitos recursos para se manter, então nem todos os estados tiveram capacidade de se adequar e implementar a educação integral nas suas escolas.

Já em 2016, com a aprovação da Portaria MEC Nº 1.144/2016¹³ é criado pelo governo federal o programa Mais Educação como mais uma tentativa de melhoria na qualidade da educação nacional. O programa também aposta no ensino integral como forma de melhoria do ensino e aproveitamento no aprendizado dos discentes. Nesse caso,

¹² Decreto Nº 539, de 26 de maio de 1992. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0539.htm Acessado em: 17/11/18.

¹³ Portaria MEC Nº 1.144/2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 20/11/2018

o programa tem como objetivo melhorar a aprendizagem com foco em duas disciplinas: Português e Matemática. Neste caso são desenvolvidas atividades artísticas, culturais, de esporte e lazer distribuídas no contraturno escolar.

Entretanto, apesar dos esforços do Governo Federal para otimizar o aprendizado nas escolas, inclusive investindo em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, avaliações do IDEB sugerem que o país passa por uma situação complicada na área educacional. A avaliação do ensino médio da rede de ensino estadual, indica estados como Alagoas e Sergipe não conseguiram atingir nenhuma meta desde 2005, ano que começou a ser aferido o IDEB. Em 2015, apenas quatro estados alcançaram as metas previstas e em 2017 o resultado é ainda pior, apenas dois conseguem alcançar o resultado esperado.

Dentre os estados que vêm conseguindo alcançar as metas previstas, Pernambuco vem se destacando, porque desde 2007 o estado consegue alcançar todas as notas esperadas e inclusive liderou o ranking como o estado com melhor educação do país. Em relação a isso, o governo do estado atribui o sucesso a implementação do sistema de ensino integral no estado.

2.2 PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO (DE TEMPO) INTEGRAL EM PERNAMBUCO

Em Pernambuco, as iniciativas estaduais com educação integral começaram ainda durante o mandato do ex-governador Jarbas Vasconcelos que comandou o estado durante dois mandatos entre os anos de 1999 e 2006, sendo afastado no último ano para concorrer ao senado. Foi um político com tendências neoliberais e devido a isto celebrou entre o poder público e o privado algumas parcerias.

Na esfera educacional também foram feitas parcerias público/privadas com intuito de melhoria da educação do estado. Nesse caso, o governo do estado fez, através do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 021/2003, uma parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), uma instituição sem fins lucrativos integrada de pessoas com os mesmos interesses no bem-estar social. Para Magalhães (2008, p.10) o objetivo do instituto era mobilizar os empresários, segundo a ética da corresponsabilidade, na produção de uma nova educação inovadora que pudesse ser

replicada em conteúdo, método e gestão. Por isso, o convênio 021/2003 tem como objetivo:

a concepção, o planejamento e a execução em conjunto de ações no sentido da melhoria da oferta e qualidade de ensino público médio do Estado de Pernambuco, assegurando a efetividade desse dever do Estado no âmbito da rede pública, através do aporte de recursos técnicos, financeiros e materiais, públicos e privados, conjugados com ações comunitárias, observando os princípios constantes da Constituição da República e das leis específicas (CCT 021/2003, Cláusula 1ª – PERNAMBUCO, 2003).

Com isso, ao fecharem essa parceria, a primeira meta estabelecida foi a finalização das obras de reforma da Escola Estadual Ginásio Pernambucano. Pode-se dizer que é nela que tem início as propostas de melhoria da educação ofertada pela rede estadual. A escola é escolhida, não por acaso, por ter um histórico relevante mediante o contexto histórico a qual carrega por ser uma das mais antigas do país e ter ajudado a formar várias pessoas muito importantes no país como Ariano Suassuna, Clarisse Lispector, bem como o engenheiro e presidente da Philips, Marcos Magalhães, que foi quem mobilizou o grupo de empresários para iniciar o trabalho de recuperação do prédio.

Durante a reforma, que iniciou na gestão de Miguel Arraes (antecessor de Jarbas), os alunos foram realocados em outro prédio. Entretanto, com a entrada do setor privado na gestão das obras, alunos e professores ficaram em dúvida quanto ao retorno deles para a sede do Ginásio Pernambucano porque além da reforma do prédio também foi proposta pelos empresários uma reforma da gestão escolar.

O ponto de partida para a implementação do novo modelo de educação no estado foi a criação do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – PROCENTRO, instituído pela Lei 12.588, de 21 de maio de 2004. Este foi um órgão da secretaria estadual de educação responsável pelo planejamento e implementação dos Centros. Esta lei tem como objetivo “planejar, gerir, coordenar e controlar as atividades do programa de desenvolvimento de CEE” (art. 1º, item I).

Através do decreto Nº 25.596, de 1 de julho de 2003, é criado em 2004 o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP). Primeiro centro a ser implantado no estado, teve o atendimento direcionado apenas ao ensino médio. Nesse período, segundo Leite (2009, p. 73), “[...] não existia um projeto direcionado para fortalecer as políticas públicas de educação no Estado de Pernambuco, o que favoreceu a entrada do setor privado no campo da responsabilidade do estado”.

O que os alunos e professores temiam sobre a volta deles para o prédio recém-reformado/nomeado na antiga localização torna-se verdade porque a partir de então, os novos discentes e docentes precisariam passar por uma seleção para ingresso. A decisão provocou embates entre professores, alunos, Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Ministério Público e a Assembleia Legislativa do Estado. O que ficou definido foi que os alunos os matriculados no 3º ano do antigo GP teriam uma turma formada, mas só teriam aulas no turno da tarde e participariam de um projeto aos sábados chamado “Rumo a Universidade”. As turmas de 1º ano já teriam aulas em tempo integral e os alunos que estivessem terminando a 8ª série (agora 9º ano) teriam que passar por um processo seletivo que seria feito avaliando os históricos dos alunos da rede pública estadual e ingressaria na escola aqueles que tivessem as melhores notas.

Com o afastamento de Jarbas para campanha que concorreu ao senado, assume o governo o seu vice-governador Mendonça Filho, mas ao final do mandato deles mais Centros de Ensino Experimental foram inaugurados, em parceria com o ICE, ao longo do estado, sendo um total de 20 oportunizando que 9.815 estudantes fossem beneficiados com a proposta.

2.3 O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE 2008-2018

Em 2007, assume o comando do governo do estado de Pernambuco o ex-governador Eduardo Henrique Accioly Campos (PSB), neto do famoso político pernambucano Miguel Arraes de Alencar, que também governou o estado, mas foi derrotado para Jarbas Vasconcelos. Campos é formado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tinha uma vida política bastante ativa e durante o governo do seu avô foi responsável pela criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Nordeste e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE). Além disso, Eduardo também foi ministro da Ciência e Tecnologia durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2005), a quem era aliado. Durante a presidência de Lula, Pernambuco recebeu diversos investimentos que contribuíram para o desenvolvimento do estado e aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao assumir a gestão, Campos deparou-se com uma situação complicada em relação a educação pública do estado que estava sendo oferecida pela rede estadual de ensino. A questão é que, segundo o IDEB em 2005, quando a verificação da qualidade do ensino nacional começou a ser feita, o estado nordestino estava entre os dez piores colocados com uma nota 2,7 na avaliação. Entretanto, não se via projeção de avanço para a educação estadual e em 2007, o estado permanece com a mesma nota e neste contexto cai para o grupo dos sete piores classificados. Novamente é necessário deixar claro que apenas estas avaliações de longa escala não são suficientes para se concluir a situação da educação no estado, mas a forma como ela é apresentada ao público dá a entender que ela é o meio mais eficaz para tal. Além dos baixos resultados, o estado também apresentava altas taxas de analfabetismo e a rede estadual de educação tinha elevados índices de evasão e repetência.

Assim, o cenário indicava para Campos a necessidade de reformulação e investimento no sistema de ensino estadual. É nesse contexto que é aprovada a Lei Complementar Nº 125, de 10 de julho de 2008. A lei tem como objetivo reestruturar a educação pública oferecida pelas escolas estaduais para que seja alcançada a melhoria da educação no estado. Com isso, segundo o governo, o PROCENTRO é transformado em política pública com o nome de Programa de Educação Integral (PEI).

O novo programa de desenvolvimento da educação aplicado, no estado de Pernambuco, está fundamentado na proposta de educação (de tempo) integral e as escolas que fazem parte do programa passam a funcionar em jornada escolar Integral (45 horas de carga horária semanal) ou Semi-Integral (35 horas de carga horária semanal). A educação interdimensional é a base que fundamenta o projeto e esta se diferencia da lógica tradicional porque se preocupa com a formação completa do ser humano, dividindo-o em 4 dimensões:

1) O logos, a dimensão do pensamento, do conceito ordenador e dominador da realidade pela razão, ciência e técnica; 2) o pathos, a dimensão do sentimento, da afetividade, geradora da simpatia, da empatia, da antipatia e da apatia na relação do homem consigo mesmo e com os outros; 3) o eros, a dimensão do desejo, das pulsões, dos impulsos, da corporeidade, das emanções vitais básicas, do élan vital; 5) o mytho, a dimensão da relação do homem com o mistério da vida e da morte, do bem e do mal (Costa, 2008, pp. 16-17).

Nesse caso, a educação interdimensional se diferencia da tradicional porque ela não se preocupa apenas com a formação cognitiva do indivíduo, indo mais além e focando

nas dimensões do ser humano, preparando-o para a vida em sociedade. Na verdade, a própria formação já faz parte da vida em sociedade. Guará (2006) afirma que a educação integral deve dar ao aluno “a oportunidade de uma escolarização formal ampliada por um conjunto de experiências esportivas, artísticas, recreativas ou temáticas, em complementação ao currículo escolar formal”. Já para o professor dessa modalidade de ensino “requer uma prática pedagógica globalmente compreensiva do ser humano em sua integralidade, em suas múltiplas relações, dimensões e saberes, reconhecendo-o em sua singularidade e universalidade” (GUARÁ, 2006, p. 18)

Também é dever das escolas buscarem formas de inovação pedagógica para sua atuação. Por isso, é necessário que as escolas inseridas no PEI sejam diferenciadas em relação as escolas de educação tradicional, para que não caiam no erro de serem, apenas, escolas com tempo ampliado para realização do mesmo trabalho.

Um dos objetivos trazidos pela Lei Nº 125, em seu art. 1º trata da formação dos estudantes. Sendo abordado da seguinte forma:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação Integral, vinculado à Secretaria de Educação, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco.

Com base no artigo 1º, é possível perceber que as intenções do governo vão além da oferta da educação (de tempo) integral para os alunos do ensino médio. A formação nas escolas atendidas pelo programa visa associar a aprendizagem e preparar os alunos para seguirem carreira acadêmica ou como mão de obra qualificada para o trabalho e nesse último caso, os alunos têm uma disciplina de empreendedorismo inserida na sua grade de estudos. Entretanto, se a escola não se propõe na formação integral dos estudantes elas apenas “evidenciam uma lógica de adequação do sujeito ao mercado, as exigências desse” (Santos, 2015, p. 55).

Em 2017, o governo federal aprovava a Lei 13.415¹⁴, esta foi apresentada para sociedade por meio de uma medida provisória que gerou tumulto durante sua tramitação. Conhecida como medida provisória do atraso, a lei visa reestruturar o ensino médio nacional, ofertando o tempo integral como uma proposta. Durante a apresentação da medida, o ex-ministro Mendonça Filho apresentou como justificativa o sucesso nos

¹⁴ Mais informações em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=602639>>. Acessado em 28/11/2019.

resultados obtidos por Pernambuco após o estado investir na educação integral. Então, após a aprovação da medida, em julho daquele ano a Lei Complementar Nº 125, sofre alterações¹⁵ no seu texto original.

2.4 TRABALHO DOCENTE

Durante a graduação em cursos de licenciatura os alunos estudam diversas disciplinas correspondentes a área específica do curso ao qual escolheu, mas em geral é necessário estudar algumas disciplinas que são comuns para todos os cursos. As chamadas disciplinas pedagógicas levam os alunos a refletirem os processos educacionais e como eles funcionam. Então, é durante essa formação que os alunos criam muitas expectativas com relação a sua futura profissão, mas são nos estágios que ele podem observar um pouco do que viverão no futuro em sala de aula e muitas vezes essa realidade faz com que eles percam o interesse pela educação básica e busquem seguir carreira acadêmica para trabalhar diretamente como docente da educação superior.

Esta profissão é uma das poucas que cobra do profissional mudanças de comportamento a todo momento e a depender da turma a qual estão trabalhando. Um professor na mesma escola e ensinando em duas turmas da mesma série necessitam repensar suas metodologias e deve buscar uma forma de adequá-las a cada turma da melhor forma possível. Além disso, o professor precisa aprender a conviver com várias realidades dos seus alunos, porque ele terá em suas salas de aula variados públicos e cada pessoa terá sua particularidade, tornando o trabalho mais complicado. Além disso, a profissão entra cada vez mais em descrédito com a sociedade. Pesquisas¹⁶ recentes mostram que o professor no Brasil é mais desvalorizado que em muitos outros países, além de terem que trabalhar mais.

Provavelmente esta desvalorização da profissão tem a ver com o contexto histórico do país. Para Alves (2006) a aceitação dadas as mulheres na profissão docente porque a

¹⁵ Mais informações em: < <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTTOATUALIZADO>> Acessado em: 28/11/2018.

¹⁶ Veja mais em: < <https://veja.abril.com.br/educacao/brasil-o-pais-que-menos-valoriza-o-professor/>> Acessado em: 29/11/2018.

figura feminina historicamente é vista como de pessoas abnegadas e puras, ou seja, elas eram as pessoas perfeitas para exercer a profissão de fé do sacerdócio magistério e essa concepção de amor ao magistério contribui para a desvalorização do profissional, já que estes não precisam de formação para exercer a função.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) foi um grande avanço no sentido de garantir aos educadores direitos não existentes até aquela época, proporcionando mais dignidade a classe. A LDB aborda as questões educacionais desde o ensino básico até o ensino superior, das escolas/faculdades públicas ou privadas. No artigo VI, a lei enfatiza a valorização do magistério público com o seguinte texto:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III – piso salarial profissional;

IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI – condições adequadas de trabalho. (LDB, 1996, p. 26)

Apesar de serem direitos assegurados por lei, parece que na prática muito deles não são levados em consideração. Em Pernambuco por exemplo, o último concurso que houve para preenchimento de vagas na educação foi feito no ano de 2016, entretanto ainda em 2018 muitos dos aprovados ainda não foram convocados e o estado preenche essas vagas com professores contratados. No começo de 2018 houveram protestos por partes dos aprovados para que eles fossem chamados. Segundo dados¹⁷ do jornal Diário de Pernambuco, 40% do quadro de funcionários estão trabalhando no estado em regime de contrato. Sobre a questão do quantitativo de contratação temporária, Mancebo (2007, p. 470) caracteriza a situação como um processo de precarização do trabalho docente, onde eles recebem baixos salários; têm seu trabalho fragmentado e a desqualificação do

¹⁷ Disonível em: < http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/07/09/interna_vidaurbana,756876/professores-aprovados-no-concurso-da-educacao-fazem-protesto-pela-conv.shtml>. Acessado em: 29/11/2019.

trabalho. A autora deixa claro que as situações elencadas podem acontecer de forma individual ou concomitantemente e alerta que esse aspecto pode ser visível até nas universidades públicas por meio das (sub)contratações de profissionais temporários.

As constatações feitas por Mancebo (2007) são análises feitas com base no trabalho de professores universitários, mas facilmente se encaixam na rotina do docente da educação básica. Mais uma característica trazida pela autora é a intensificação do trabalho docente, descrito pela autora como a cobrança por uma produção maior no mesmo intervalo de tempo, mas também é necessária uma jornada de trabalho onde os professores têm que trabalhar mais tempo. Essas características podem ser observadas nos professores da educação básica que precisam ensinar em mais de uma escola para complementar sua renda mensal. Isso tudo faz com que eles se neutralizem nas mobilizações de participação coletiva.

Outras características trazidas por Mancebo (2007, p. 470) são:

A flexibilização do trabalho docente – neste caso o estado tem a meta de expandir o sistema de ensino, mas pretende conter os gastos públicos. Para isso são feitos contratos ágeis e econômicos como nos casos dos professores contratados e substitutos. Esses contratos servem para aprofundar um mercado de trabalho diversificado e fragmentado, uma vez que são poucos os professores efetivos e conseqüentemente estáveis, os contratados são facilmente substituídos.

A descentralização gerencial, que utilizada como forma de conceber no professor uma sensação de participação, o que não passa de uma ilusão, no estabelecimento dos principais parâmetros educacionais, só que isto já é feito num núcleo estratégico.

Por fim, a autora finaliza com os sistemas avaliativos e escreve da seguinte maneira:

[...]se destacam a adoção de avaliações gerenciais, que abrangem o controle do sistema educativo, por parte de um “núcleo central”, mas sem intervir diretamente na sua gestão, pelo menos no que tange à melhoria da oferta educacional; a objetivação da eficiência do professor e sua produtividade em índices e a conseqüente diferenciação dos docentes em função de indicadores de produtividade. (Mancebo 2007, p. 470)

Estas características descritas por Mancebo (2007) podem ser percebidas em Pernambuco quando é cobrado do professor atividades como preenchimento do diário de classe online e diário, a quantidade de pessoas contratadas para lesionar e a cobrança pelo

bom resultado dos alunos nas provas de avaliações externas. As escolas passam por um processo característico de accountability educacional, descrito por Brooke (2006) e Veloso (2009) como uma prestação de contas com o estado, onde são levantadas todas as notas e é divulgado um ranking com as colocações de todas as escolas.

2.5 MELHORIA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO?

Segundo os resultados apresentados pelo IDEB, Pernambuco é o único estado no Brasil que vem apresentando crescimento real durante as avaliações e desde 2007 vem atingindo as metas esperadas. O estado em 2015 chegou a ficar empatado com São Paulo no ranking com a melhor educação do país. Os dados referentes ao IDEB de Pernambuco serão apresentados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – IDEB observado de Pernambuco

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Nota	2.7	2.7	3.0	3.1	3.6	3.9	4.0

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Tabela 2 – IDEB projetado para Pernambuco

Ano	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	2.7	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	4.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

É curioso que o estado consiga atingir todas essas expectativas com relação as avaliações externas nacionais, mas não consiga ter o mesmo desempenho em outras avaliações que cobram basicamente as mesmas áreas. Nesse caso, tomemos como referência o Programme for International Student Assessment (PISA) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. Neste o desenvolvimento do estado foi diferente.

O PISA é aplicado a cada 3 anos, sendo o último resultado divulgado em 2015 e nesse ano 70 países tiveram a oportunidade de participarem da avaliação, a última avaliação foi realizada em 2018, mas o resultado até a conclusão desse trabalho não foi divulgado. A prova é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas em cada país ela tem uma coordenação nacional, no caso do

Brasil fica a cargo do Inep. Ela avalia três áreas do conhecimento, sendo elas: leitura, matemática e ciência.

O resultado do PISA mostrou que o Brasil está amargando as últimas posições no ranking que compara as notas dos países participantes. A tabela a seguir mostra a realidade do país perante as notas obtidas e sua colocação em cada área no grupo dos integrantes da avaliação. Veja:

Tabela 3 – Desempenho do Brasil em 2015

	Nota	Posição
Ciências	401	63°
Leitura	407	59°
Matemática	377	66°

Fonte: Inep¹⁸

As notas dos alunos do Brasil foram abaixo dos resultados obtidos pelos países membros da OCDE que ficaram com notas 493, 493 e 490 em Ciências, Leitura e Matemática respectivamente. Para Pernambuco, que no ano ostentou o título de melhor educação do país e que atualmente se coloca como um dos estados que oferta um dos melhores sistemas de ensino público, o resultado é ainda pior. As notas ficaram da seguinte forma:

Tabela 4 – Desempenho de Pernambuco em 2015

	Nota	Posição
Ciências	383	18°
Leitura	394	17°
Matemática	360	18°

Fonte: Inep¹⁹

A média do geral do estado contando com as três áreas avaliadas ficou 379, dando ao ente federativo a 19° colocação no ranking nacional. O estado ainda ficou com média

¹⁸ Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf Acessado em: 29/11/2018.

¹⁹ Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf Acessado em: 29/11/2018.

abaixo da do Brasil. Essa discrepância de resultados entre o IDEB e o PISA deixam em dúvida qual destes índices estão corretos.

Levando em consideração o bom desempenho do estado em avaliações de larga escala como o IDEB, era de se esperar que PE conseguisse permanecer entre os primeiros colocados nos rankings do PISA.

Além das diferenças das avaliações, foi possível perceber com a pesquisa que as escolas do estado ainda se deparam com muitos problemas que podem interferir na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos. Problemas estruturais, falta de material, formações continuadas dos professores que estão em sala de aula, etc. É preciso que se pense em melhores formas de avaliar o ensino no país.

3. METODOLOGIA

Esta parte do trabalho será dedicada a descrição e justificativa dos métodos utilizados que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho. Também serão apresentados todos os materiais desenvolvidos e utilizados na pesquisa.

Esta monografia derivou dos trabalhos realizados na Iniciação Científica: “Escolas de tempo integral do estado de Pernambuco – como os estudantes do ensino médio avaliam essa proposta?” e “Escolas de tempo integral do estado de Pernambuco – uma análise do cumprimento do objetivo de melhora da qualidade do ensino médio e qualificação profissional dos estudantes.”. Em geral, os trabalhos tinham como objetivo analisar como os alunos e professores avaliavam o sistema de ensino integral de PE. Para realização do trabalho, optou-se primeiro por fazer uma revisão bibliográfica acerca dos conteúdos que fundamentam a educação integral. As leituras foram necessárias para aprofundar os conhecimentos sobre os temas que estão sendo tratados neste trabalho. Além da análise bibliográfica, que para Bardin (2002) é a fase de preparação do material a ser utilizado.

Foi feita também análise de alguns documentos que abordam a educação no estado, sendo eles: Convênio de Cooperação nº 021/2003, Lei Nº 12.588, Lei Complementar Nº 125, DE 10 de julho de 2008, entre outros que virão descritos em anexo. Essa fase é complicada porque é difícil encontrar tais documentos disponíveis na internet. A análise foi realizada através da análise de conteúdo, caracterizada por Bardin (2002, p.38) como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Também foram elaborados roteiros para entrevista com os professores e alunos, que serão apresentados nos quadros 1 e 2; e isso foi feito como forma de orientar o entrevistador para que ele não perdesse o foco do trabalho. Além disso foi feita a escolha de escolas que seriam atendidas pela pesquisa, mas como os comprometemos a manter o sigilo dos entrevistados, não serão ditos os nomes das escolas, por isso chamaremos de ETB, EREMPFJ e EREMPJC.

Nas escolas ETB e EREMPJC, nos propomos a dialogar com os professores das instituições sobre educação integral e alguns temas que estão relacionados a ela no estado de Pernambuco. Para que isso acontecesse, foi necessário pensar numa forma de diálogo com os professores que os deixassem confortáveis para responder as perguntas. Desta fora, utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada por considera-la como uma entrevista que possibilitaria mais comodidade aos docentes para discorrer sobre as

perguntas e por ser uma técnica bastante utilizada nas ciências sociais. Nesse sentido, Manzini (2003) lembra da importância de se elaborar o roteiro de entrevista para coleta de informações e também para que o possa se organizar para a interação com o entrevistado. Manzini (1990/1991, p. 154) lembra que as perguntas dos roteiros serão completadas com outras questões relevantes no momento da entrevista. Neste caso o entrevistador também tem o papel de não deixar que se perca o foco. Nessa parte, escolhemos os docentes para participar da pesquisa para que pudéssemos dá prosseguir com o projeto de pesquisa universal ao qual o trabalho estava ligado.

Já na entrevista com os alunos, que foi a segunda parte da pesquisa de Iniciação Científica, realizada na escola EREMPFJ foi preciso mudar o método de entrevista. O problema é que fazer uma entrevista semiestruturada poderia parecer que o entrevistador estaria cobrando pelas repostas e deixa-los constrangidos, impedindo que eles fossem espontâneos nas respostas. Então por conta desses motivos escolhemos fazer um grupo focal. Já nessa pesquisa, escolheu-se os alunos para que fosse possível confrontar as realidades a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Um dos desafios da pesquisa era encontrar uma forma de entrevistar os/as jovens sem que a situação parecesse força-los/as a falar, sendo necessário buscar um meio de deixá-los/as o mais à vontade. Para isso, optou-se por realizar as entrevistas tendo como método o grupo focal, que é uma técnica bastante utilizada nas ciências sociais para obtenção de informações qualitativas.

Kitzinger (2000) classifica o grupo focal como uma técnica de entrevista grupos utilizando a comunicação e a interação com os entrevistados e foi por isso que julgamos a técnica como a mais apropriada para desenvolver a pesquisa com os jovens. Morgan (1997) coloca o grupo focal na mesma linha de pensamento e diz que é uma técnica de entrevista qualitativa feita em grupo, onde se obtém as informações buscadas através da interação. Flick (2002) faz uma comparação entre os métodos que utilizamos nas duas pesquisas e, o autor, diz que os grupos focais são um protótipo das entrevistas semiestruturadas.

A organização do grupo focal foi feita levando em consideração as necessidades de seu desenvolvimento. O entrevistador, que também tinha o papel de moderador, conduzindo os rumos da pesquisa e garantindo a interação dos participantes, tendo como

uma de suas obrigações trazer o foco da conversa para os temas de interesse sempre que os discentes fugiam do assunto. Como já foi dito, utilizou-se o roteiro e além dele foi necessário utilizar em ambas as pesquisas um telefone celular com um aplicativo de gravação de áudio para que fosse possível gravar a entrevista para posterior análise. Foi necessário restringir a quantidade de pessoas participantes do grupo focal, para poder manter a ordem e a participação na entrevista.

As regras básicas para a condução do grupo focal são abordadas por Godim (2002), sendo elas: Falar uma pessoa por vez, evitar discussões paralelas e o domínio delas por parte de apenas um participante, além de prestar atenção sobre o discurso que deve seguir a temática em questão, porém é necessário que se deixe os entrevistados livres para falarem o que pensam.

Em ambas as pesquisas foram elaborados termos de compromisso, frisados por Godim (2002) como necessários e neles o entrevistador se comprometia em guardar sigilo sobre a participação dos sujeitos na pesquisa. Para os professores foi elaborado apenas o termo de compromisso e frisamos que a entrevista seria utilizada apenas para fins científicos. No caso dos alunos, foi necessário entregar termos para a escola, os pais e para eles, onde nos comprometemos a resguardar as informações de todos. A participação, dos professores e alunos, foi feita de maneira espontânea após o convite. Participaram da pesquisa um quantitativo de 22 pessoas, sendo elas 13 professores na entrevista semiestruturada e 10 alunos no grupo focal. Abaixo será mostrado os roteiros que foram utilizados.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista com os professores

DADOS PESSOAIS	
NOME COMPLETO	
NOME A SER CITADO (ANONIMATO)	
IDADE	
GENERO	
DADOS PROFISSIONAIS	
1.	Nome completo da escola:
2.	Qual a sua formação inicial (Graduação)?

	Licenciatura		Concluído
	Bacharelado		Cursando
	Outros		

Curso:

3. Concluiu alguma pós-graduação?
4. Qual é a sua atuação profissional nessa escola?
5. Qual sua carga horaria semanal nessa escola?
6. Qual o seu tipo de vínculo com a Rede Estadual de Pernambuco?
() Efetivo () Contrato () Estagiário Remunerado () Cedido () Outros

A partir dessa parte, a entrevista também será gravada em áudio. Iniciar a gravação fazendo referência ao nome da escola, nome do(a) docente ou gestor(a), nome fictício e data da realização da entrevista. Assinalar as opções no papel e gravar toda a entrevista.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA

1. Como avalia as condições de trabalho docente no que diz respeito a infraestrutura, equipamentos e recursos materiais disponíveis na escola?
- 2.

	Excelente		Regular
	Ótimo		Ruim
	Muito bom		Péssimo

Justifique sua resposta

3. Como avalia as condições de trabalho docente considerando as pressões por resultado e melhoria dos indicadores de aprendizagem da escola?

	Excelente		Regular
	Ótimo		Ruim
	Muito bom		Péssimo

Justifique sua resposta

A partir dessa parte, as questões serão apenas gravadas em áudio:

CONCEPÇÕES SOBRE

4. Na sua concepção, houve alguma mudança na qualidade do ensino médio (e da qualificação profissional) em função da criação das EREMs e das ETEs? Se houve, qual foi (foram) essa(s) mudança?
5. O aumento da jornada escolar na EREM ou na ETE contribuiu para a melhoria da qualidade do Ensino Médio nessas escolas? Por quê?

6. Os índices de qualidade da educação (IDEB e IDEPE) influenciam positivamente na melhoria da qualidade da educação no ensino médio? Por quê?

Quadro 2 – Roteiro de entrevista com os discentes.

1. Dados da Escola			
Nome completo da Escola			
Cidade:	<input type="checkbox"/> Integral	<input type="checkbox"/> Integral/Integrada	
2. Dados do Aluno			
Nome Completo:			
Idade:	Série:	Gênero:	
Faz algum curso Extraescolar, qual/quais?			
3. Situação de Conclusão do Ensino Fundamental:			
<input type="checkbox"/> Cursei Todo em Escola Pública		<input type="checkbox"/> Cursei Todo em Escola Privada	
<input type="checkbox"/> Cursei parte em Escola Privada e Parte em Escola Pública			
Se cursou em Escola Pública, em que tipo:			
No caso de ex-alunos de escolas particulares, era bolsista? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
4. Qual(is) área(s) do conhecimento você tem mais afinidade?			
	Ciências Humanas		Ciências da Natureza
	Linguagens e Códigos		Matemática
A partir dessa parte, a entrevista também será gravada em áudio. Iniciar a gravação fazendo referência ao nome da escola, nome do (a) discente, nome fictício e data de realização da entrevista. Assinalar a opção no papel e gravar a entrevista.			
5. Como você avalia as condições de aprendizado no que se diz respeito a infraestrutura, equipamento e materiais da escola?			

	Excelente		Regular
	Bom		Ruim

Justifique sua resposta.

6. Como avalia as condições de aprendizagem no que diz respeito a ampliação da jornada escolar no Ensino Médio e/ou integração da Educação Profissional ao Ensino Médio?

	Excelente		Regular
	Bom		Ruim

Justifique sua resposta.

7. Como avalia as condições de aprendizado no que se diz respeito às possibilidades de realização de aulas diferenciadas?

	Excelente		Regular
	Bom		Ruim

Justifique sua resposta.

8. Qual a sua concepção de Educação Integral/Integrada e/ou em jornada ampliada? Justifique sua resposta.

9. Nesta escola, os alunos são convidados a fazerem parte das decisões/discussões sobre o espaço? De qual forma? Justifique sua resposta.

10. Na sua escola, existem laboratórios? Se sim, para quais disciplinas? São utilizados com frequência? Justifique sua resposta.

11. O que você entende como aprendizagem no Ensino Médio? O que deve ou não ser considerado como aprendizagem? Justifique sua resposta.

12. Quais eram suas expectativas sobre esta rede de Ensino? Elas foram/estão sendo atendidas? Justifique sua resposta.

13. Quais os seus objetivos para pós-conclusão do ensino médio? A escola está dando suporte para que eles sejam alcançados?

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta parte do trabalho será dedicada a expor os resultados obtidos nas entrevistas com os participantes das pesquisas. Serão feitas, também, considerações sobre o que eles colocaram em relação ao que foram indagados.

4.1 ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

A entrevista com os professores ocorreu durante os horários que eles tinham aula vaga (horário sem aula) em ambas as escolas. Na EREMPJC a entrevista ocorreu no espaço da biblioteca, por ser um lugar mais reservado. Já na ETB a pesquisa foi feita em uma salinha que havia entre a secretaria e a sala dos professores, um local bastante calmo e confortável.

Ao início das entrevistas, foi feita questão de salientar os docentes que a entrevista seria concedida de forma voluntária, lembramos também que se eles se sentissem desconfortáveis em responder alguma pergunta, eles não teriam obrigação de responder e que a qualquer momento se eles não quisessem continuar a entrevista, eles poderiam falar e interromperíamos a participação. Entretanto, pedimos que no decorrer da conversa eles prestassem informações verídicas com base no que foi perguntado e só aí começamos a entrevista. Abaixo segue o perfil de formação dos discentes de ambas as escolas e os nomes fictícios ao qual cada um será identificado:

Tabela 5: Identificação e análise da formação inicial das pessoas entrevistadas.

	NOME FICTÍCIO	FORMAÇÃO INICIAL
ETB	Professor/a 1	Licenciatura em Ciências Sociais
	Professor/a 2	Técnico em Gerenciamento de Redes de Computadores
	Professor/a 3	Bacharelado em Sistema de Informações
	Professor/a 4	Licenciatura em Letras
	Professor/a 5	Licenciatura em Letras
	Professor/a 6	Licenciatura em Estudos Sociais: Habilitação para Ensino de História
EREMPJC	Professor/a 7	Licenciatura em Matemática
	Professor/a 8	Licenciatura em Letras

	Professor/a 9	Licenciatura em Pedagogia
	Professor/a 10	Licenciatura em Biologia
	Professor/a 11	Licenciatura em Letras
	Professor/a 12	Licenciatura em Pedagogia
	Professor/a 13	Licenciatura em Pedagogia

Fonte da Ilustração: Autoria Própria.

Em relação ao primeiro questionamento, sobre as condições de trabalho ofertadas pelas escolas com base nos materiais disponibilizados para as aulas, foi possível perceber nas falas dos docentes que as escolas estão deixando a desejar na questão dos recursos disponíveis que dão a eles a oportunidade de preparar uma aula diferenciada para ser vivenciada. Nesse caso, em ambas as escolas faltavam equipamentos básicos para desenvolvimento de atividades que agregam a diversificação dos métodos de ensino. Guará (2006) mostra a necessidade de ofertar vários tipos de atividades ao aluno, entretanto a falta de aparatos dificulta o ensino integral nas escolas. Com isso, a avaliação dos docentes foram as seguintes:

Eu avalio que ainda está regular porque assim, por exemplo, a internet não tem acesso, tem vez que só tem acesso na secretaria. Os professores pagam por fora a internet para não acumular trabalho aí junta um grupo de professores que pagam. [...] as salas são muito quentes aí isso dificulta a aprendizagem também, então eu acho que elas deveriam ter ar condicionado para ajudar principalmente agora nessa época que as temperaturas estão muito altas e o material didático a gente sabe que a escola toda tem cuidado, mas sempre estão danificando, os alunos danificam e atualmente, eu não sei se é pela crise que Brasil está passando, o governo não está mandando recursos para as escolas. (Professor/a 7)

Regular, porque a escola tem uma estrutura muito boa, assim para quem chega, num é? Mas que na verdade quando você vai à biblioteca, a gente não tem acesso. A bibliotecária é excelente, né? O pessoal é muito bom, daqui. Mas infelizmente a gente não tem livro, é chagar na biblioteca tem, mas só os didáticos, mas paradidáticos a gente não tem. Eu morro de vontade de chegar na sala com os meninos e fazer uma atividade diferenciada na biblioteca, mas não tem como, não tem material. O laboratório de informática se você olhar tem poucos computadores funcionando. Ai tudo isso dificulta. Os laboratórios você passa, a sorte é que o pessoal cada um inventa de uma forma diferente para trabalhar, mas que o governo em si ele não dá esse resultado ao professor. Cada um trabalhando por si. (Professor/a 4)

[...] a burocracia, ainda, atrapalha bastante, porque as vezes a gente tem, como por exemplo, passou aqui um tempo com uma pane elétrica no laboratório e para vim resolver isso passou um tempão. Então isso infere nas aulas, que a gente não pode utilizar o ambiente

computacional pra dar as aulas, ai tem que adaptar outros métodos.
(Professor/a 3)

O caso do professor 3 era bem complicado de se resolver porque ele pertencia ao sistema de ensino integrado, que associa a formação do estudante do ensino médio um curso técnico. A escola oferece o curso de Manutenção e Suporte em Informática, ou seja, eles precisam ter um laboratório de informática que ofereça o mínimo de qualidade para a formação dos alunos. Esta questão levanta uma dúvida com relação a qualidade dos profissionais que são formados, já que eles não têm os equipamentos de trabalho.

É importante lembrar que na atualidade os meios mais importantes de pesquisa são os livros e a internet. É bastante preocupante que uma escola não tenha uma biblioteca equipada para oferecer recursos a professores de qualquer área para utilizar o espaço como forma de incentivo a pesquisa. Um problema relacionado à internet faz com que os professores necessitassem precisassem levar para casa o trabalho de preenchimento de caderneta de chamada, que é feita online. Essas características classificam o que Mancebo (2007) chama de precarização do trabalho docente, onde o professor é cobrado por um desempenho maior, mas que ele não tem um suporte básico para desenvolver a quantidade de trabalho que lhe é atribuída.

Outra questão levantada diz respeito a pressão do governo estadual sobre os professores para que as escolas alcancem boas notas e superem suas metas refletindo no desempenho do IDEB. Através da política por resultados adotada, o governo penaliza as escolas que não atinge as metas, além de incentivar rivalidade entre instituições por meio da divulgação do ranking das escolas que conseguiram as melhores notas no estado. Sobre a intensificação, os relatos foram os seguintes:

Realmente, nós temos observado que por um lado nós temos melhorado as questões dos resultados do IDEB, essas coisas assim, mas como aqui na própria questão diz, é muita pressão por resultados, por números, por quantidade. Também deve-se ter um olhar especial para a questão da qualidade, de dar qualidade de trabalho a nós profissionais, dá qualidade do aluno permanecer essa jornada ampliada, esse tempo integral, dentro da escola de Referência e também ter um olhar mais voltado para resultado sim, mas não só para resultado para a questão da humanização, não de trabalhar também não só a questão conteudista, não só a questão de números [...]. (Professor/a 13)

[...] é, isso aí eu acho que prejudica sabe? Porque a gente tem que mostrar resultados e muitas vezes a qualidade num é equivalente ao resultado. (Professor/a 11)

Esse problema, não chega a ser crítico, mas eu acho meio complicado. A gente tem uma exigência muito grande e essa exigência vem já de cima e quando vem a gente tem que mostrar resultado e esse resultado a gente acaba sufocando o aluno. Não que eu tenho uma quantidade de conteúdos e eu tenho que segui-los e eu tenho que dá esses assunto, enfim e o aluno fica atarefado também. Eu acho importante ter o curso técnico sim! Mas eu acho que deve dá uma aliviada em outras disciplinas sim mais simples, aqui a gente tem a disciplina de ED, que é estudo dirigido que é quatro aulas. Então que pelo menos nessas quatro aulas fizesse uma atividade diferenciada com os meninos né? Ou então deixasse que eles fizessem uns exercícios, que passamos muitos mesmo, mas não. Até nas aulas de ED é aula normal, aula com atividade, tudo, tudo, isso sufoca de mais, eles reclamam e isso acaba passando pra gente também. (Professor/a 4)

A realidade discutida pelo professor/a 4 compromete o projeto de educação integral da rede estadual de Pernambuco. Coelho (2002) ressalta a importância da escola integral que duplica a jornada de estudo, mas não oferece aos alunos oportunidades de vivências diferenciadas na escola, está na verdade decretando a falência do sistema de ensino. Sobre o contraturno escolar, os relatos foram:

Eu acredito que não. Porque quanto mais vai aumentar a carga horária, fica um pouco mais cansativo e a gente não tem um suporte para tramalhar uma carga horária a mais. (Professor/a 1)

Não necessariamente. Porque se eu aumentar a jornada, certo! Mas é o que? Eu vou ter uma parte teórica e uma parte prática? Eu vou ter material pra fazer algo diferente ou eu vou aumentar horas para o meu aluno ficar mais hora dentro da sala de aula estudando? Ele estuda até o meio dia, vamos dizer, então vai aumentar a jornada, mas para oferecer o mesmo que ele fez até o meio dia? Tem que ter o diferencial, porque a mesma coisa não dá nada. Tem que ter alguma coisa diferente! E se aumentou a minha carga horária como eu vou fazer alguma coisa diferente, qual é o meu tempo para isso? (Professor/a 7)

Estes relatos nos induzem a pensar que as escolas não aproveitando o contraturno escolar para desenvolver a educação integral, sendo ele aproveitado apenas para estender o tempo de permanência do estudante na escola para estudar o conteúdo previsto na grade curricular comum.

Além disso, buscou-se saber como as avaliações externas influenciam no trabalho docente, nas metodologias que eles precisam adotar. As respostas foram diversificadas, sendo que alguns professores concordaram com a necessidade de ter o trabalho avaliado para que eles se estimulassem mais a inovar, entretanto outros comentaram que o que se divulga nos resultados não é reflexo do que a escola está vivenciando. Há também aqueles

que acreditam que prejudica a qualidade de ensino porque isso faz com que os governos foquem na obtenção de notas e esqueça que o principal é a aprendizagem dos alunos. Nessa perspectiva, parece que as instituições têm que apresentar boas notas e para isso elas precisam maquiar notas e dessa forma a escola não é penalizada pelo o que Brooke (2006) e Veloso (2009) caracterizam como accountability educacional, que é uma espécie de prestação de contas onde as escolas melhores classificadas nos rankings são premiadas e as escolas que não ficam com bons desempenhos são penalizadas. Então, os relatos sobre as influências das avaliações externas sobre a melhoria da educação

:

Uma vez que se busca atingir as metas pactuadas, superar os números conquistados nos exames anteriores, motiva toda comunidade escolar do docente ao estudante a fazer atividades de intervenção, planos de intervenção para que se corrija aquilo que falhou, se fortaleça aquilo que deu certo. Então essa atividade, esse incentivo, essa busca por esse resultado, inconscientemente ele leva a uma melhoria da aprendizagem. (Professor/a 6)

Eu não sei se esses índices influenciam. Eu não acredito que esses por si só influenciam na melhoria, é uma base, é uma avaliação de certa forma genérica e dá pra gente ter um olhar sobre o nível de qualidade da educação na escola, mas eu não sei dizer se o resultado vai influenciar positivamente, eu creio que não, eu acho que o que influencia, o que pode aumentar são nossas ações a partir desses resultados. (Professor/a 11)

[...] Se você olhar por parte, a diferença é pouca. Eu diria que uma boa parte hoje não vai servir de nada. Vem do aluno, vem do governo, ele não quer saber de aprendizagem, ele quer saber de resultados, isso contribui muito para que a educação fique um pouco a mercê. (Professor/a 7)

Por fim, procuramos saber dos professores qual a opinião deles com relação a melhoria do ensino médio a partir da implementação do PEI.

Eu acho que nos nossos dias os alunos eles estão tendo muito mais oportunidade de se qualificar do que antigamente, então realmente o governo tem feito uma coisa muito boa, muito importante e a oportunidade que eles têm de se qualificar, de se prepararem, de adquirirem conhecimento é muito maior de que alguns anos atrás. Então eu acho válido e importante. (Professor/a 1)

Houve! Apesar de eu consideram que as EREMs ainda estão muito a desejar, ainda tem muito a melhorar, mas nós já temos até como provar essa questão, assim; que houve uma melhoria significativa nos resultados, como: Através de números nós podemos observar o crescimento anual do número de alunos das escolas públicas que entram nas Universidade, o número de alunos que começaram a participar

desses programas que o governo federal oferece, por exemplo essas parcerias que ele faz o aluno tem mais acesso as universidades, intercâmbio na área de inglês. Teve essas melhorias. (Professor/a 13).

Em geral, foi possível perceber que o PEI proporcionou melhorias na qualidade da educação do estado, mas que o programa ainda precisa ser repensado em relação ao aproveitamento do tempo escolar, a cobrança por resultados sobre os docentes, bem como formação específica para os profissionais do sistema. É necessário que o programa seja aprimorado e proporcione aos professores um ambiente de trabalho melhor e aos alunos uma boa formação.

4.2 ENTREVISTA COM OS ALUNOS

O processo com os discentes começou com o convite e posteriormente foram elaborados e entregues os termos de livre esclarecimento para serem assinados por responsáveis pela escola, pelos alunos e um termo para ele mesmo assinar. A equipe responsável pela escola EREMPFJ disponibilizou o auditório, por ser o melhor lugar para o desenvolvimento da atividade. Antes do início da entrevista frisou-se que a participação deles seria feita de forma voluntária e que se em algum momento algum dos jovens quisesse desistir do processo, se sentisse a vontade. Também foi salientado que se em algum momento alguém não se sentisse confortável com a pergunta não precisaria responde-la. Em geral, os alunos sempre concordavam com a resposta do primeiro aluno a responder a pergunta, mas sempre tinham algo a acrescentar. As respostas indicaram que a EREMPFJ passava pelo mesmo processo descrito pelos professores nas outras duas escolas.

Como um dos compromissos da pesquisa foi o sigilo dos participantes, também não será citado o nome dos alunos que participaram e para identifica-los serão atribuídos números de 1 a 10, já que a quantidade de participantes foram 10 discentes.

No início da entrevista foi entregue a cada aluno um roteiro que continha também um questionário para que pudéssemos conhecer melhor os participantes da pesquisa e identificamos que dentre eles haviam estudantes que cursaram o ensino fundamental em escolas públicas e privadas (bolsista ou não), a faixa etária entre eles era de 16 a 18 anos de idade, cursando entre o 2º e o 3º anos do ensino médio no ano de 2018.

Seguindo a mesma linha de raciocínio da entrevista com os docentes, perguntou-se aos discentes como eles estavam avaliando as condições de aprendizado em relação ao que

era permitido pela infraestrutura da escola. Nesse caso, entendemos que esse é um ponto importante a ser abordado porque uma escola que funcione em tempo integral precisa ser equipada para receber os alunos durante dois turnos e ainda ter materiais didáticos que permitam os professores utilizarem variadas metodologias. Sobre isso, as respostas foram:

É tudo bem mais ou menos né? Falta pegar. Principalmente os data show que a gente fica tendo que descer as escadas pra pegar pra ver se algum funciona, se o programa abre como é pra abrir (Aluno 1).

Tipo, a infraestrutura da escola assim, tem ar-condicionado só que não funciona, tem a própria sala de informática que tá inutilizada ali. Porque assim, eles têm a desculpa de não ter, não ter assim, uma quantidade de energia suficiente para abastecer (Aluno 2).

Podemos perceber que a escola precisa de investimento para melhorar a infraestrutura, sendo necessário que não apenas invistam na compra de equipamentos, mas também que busquem investir na manutenção dos mesmos. Em relação ao funcionamento da escola, buscou-se saber dos discentes como é aproveitado o contraturno escolar e as possibilidades de atividades diferenciadas. Sobre isso as respostas foram:

Tem que levar em conta a divisão. Que por exemplo, se você tem um dia cansativo de manhã e chega de tarde coloca três, quatro aulas de física, você não vai prestar atenção. Na segunda você já tá cansado... Tinha que ter uma variadazinha. (Aluno 2).

Porque fica sempre naquilo, no básico. Nunca tem nada diferenciado para que a gente tenha novos métodos para aprender (Aluno 3).

[...] o problema não é nem tanto de não ter essas dinâmicas, é deles próprios não conseguirem, [...], tipo assim, precisar de alguma coisa e não ter aqui no colégio, tá faltando (Aluno 4).

[...] só pode ser aprendizagem quando o aluno para e fala assim: -Eu aprendi! Agora vou colocar em prática. Se não for assim, não gera nada[...]. [...] o que eu esperava do ensino médio, o que eu ainda espero né? Vai que. É que essa aprendizagem fosse um pouco mais diversificada. Tipo, não fosse uma coisa tão alienada, assim, sala, sala[...] (Aluno 5).

A fala do aluno 4, nos direciona para o caso da precarização do trabalho docente. Mostra-nos que os alunos são conscientes da intenção dos docentes de trabalharem coisas novas com eles, mas que não têm recursos disponíveis para isso. A fala anterior do aluno 2, já adianta um próximo assunto que seria tratado com os discentes no grupo que seria a questão dos laboratórios disponíveis na escola. Sobre isso foi apresentado que a escola dispõe de laboratórios de informática, biologia, química e outro laboratório para as

disciplinas de matemática e física. O que se pode perceber é que os laboratórios são utilizados com pouca frequência para as aulas e que falta materiais básicos. No caso do laboratório de informática, a utilização dele era feita com menos frequência que os outros e alguns alunos que nem chegaram a utilizá-lo. Sobre o tema, tivemos as seguintes respostas:

O de informática eu nunca entrei naquela sala. Só entrei uma vez que quando tava, só entrei uma vez que foi quando [...] ele pega e fala as notas de pessoas. Sendo que só entrei lá uma vez. O de matemática eu entro raramente quando é aula de robótica e o de biologia quando [...] inventa de ir pra lá para fazer nada. O de química é uma coisa rara porque quando a gente era segundo ano a gente não foi (Aluno 4).

Eu contei as vezes que eu fui no de química até hoje. Foi três vezes no primeiro ano e duas vezes no terceiro agora. E no laboratório ai de informática eu fui só duas vezes: uma foi um trabalho da professora de física que ela levou a gente e uma pra [...] confirmar o negócio do Enem (Aluno 5).

O de informática é só fachada uma fachada. Porque tipo, eles chamaram alunos e tiraram uma foto para dizer que estava usando o computador, só que a gente nunca usou esse computador. A gente só usou pra um negócio de física, que é totalmente diferente. Que eu acho que informática é um negócio extracurricular que você faz numa hora vaga (Aluno 6).

Percebeu-se também que os alunos notam a necessidade da escola de obter bons resultados nas provas externas e essa posição nos induz a concluir que a gestão da escola também esteja preocupada em prestar conta com a secretaria de educação, por isso faz as cobranças aos discentes. Essa necessidade de obtenção de boas notas faz com que os alunos desconfiem dos interesses da escola perante a aprendizagem.

Uma coisa que percebi, é geral no colégio, acima do aluno, sempre estão preocupados com nota, o índice do colégio. Só que não estão preocupados como o aluno tá no colégio (Aluno 5).

Para finalizar, procuramos saber quais as expectativas dos discentes com relação a escola antes de ingressarem na mesma, o que eles vivenciam diariamente na escola. Para isso tivemos as seguintes respostas:

Não atendeu muito minhas expectativas, eu pensei que ia ser uma coisa tá sendo outra. [...] quando o diretor foi no meu antigo colégio pra vim pro Barros Correia [...] ele falou que de manhã ia ser aula prática e a tarde aula teórica, aquele negócio lá. Sendo que isso não tá acontecendo. Ai quando foi no ano passado eu percebi que isso é mentira e é tipo fachada pro pessoal vim pro Barros Correia (Aluno 4).

Tipo, é... O próprio diretor cria uma ilusão pra pessoa porque ele chega na sua escola dizendo que tem um ambiente climatizado diz que você vai ter uma aula teórica e de manhã e à tarde uma prática, diz que o lanche que você faz é excelente, que o cardápio sempre muda. Só que não é isso, é uma realidade totalmente diferente. E acho que por ele ser o representante do colégio, ele devia passar toda realidade do colégio e não uma ilusão, porque quando chega aqui vai ser pior ainda pro aluno, pensa que é uma coisa e chega é outra. Não é tão ruim o colégio, mas ele é podia ser bem melhor pela capacidade que ele tem, pelo conhecimento que ele tem na cidade, de ser até próprio o único da cidade que é referência e que outras pessoas saem de outra cidade para vim estudar aqui (Aluno 6).

Os alunos se mostram insatisfeitos porque nas propagandas feitas sobre o sistema de ensino integral de Pernambuco que é apresentado para a população, que segundo eles, não são vividas na escola as coisas que são apresentadas para os jovens e a população.

5. CONCLUSÃO

Por fim, o trabalho permitiu-nos entrar nas escolas de educação integral/integrada do estado de Pernambuco, que são ligadas ao Programa de educação Integral, e conhecer mais sobre as realidades vivenciadas pelos sujeitos que diariamente estão envolvidos no processo da educação e compará-la com o que é divulgado nos comerciais veiculados a tv.

Foi possível perceber na pesquisa que o estado teve uma ótima oportunidade de mudar a realidade da educação pública estadual, transformando a educação integral em política pública e expandindo o sistema de ensino em várias cidades do território estadual. Entretanto, apesar do governo do estado ter uma ótima proposta de educação, parece-nos que eles não colocam em prática e nem dão suporte para que os gestores e a comunidade escolar consigam desenvolver atividades diversificadas durante o dia na escola.

É necessário que os representantes do governo do estado se preparem mais para colocarem projetos como este em desenvolvimento, porque a falta de preparação e estudo faz com que as políticas comecem a ser aplicadas, porém não assegura a permanência das mesmas com qualidade e no caso do PEI, as escolas são obrigadas a trabalhar fazendo o que pode para oferecer o melhor ensino.

Frigotto (2003) destaca que as instituições estão seguindo a lógica da ampliação do tempo na escola, mas isso é um problema para o desenvolvimento das dimensões do ser humano, já que ao passar o dia na escola estudando conteúdos oferecido em uma grade curricular, as escolas fadaram os alunos a trabalharem mais o logos, que é a dimensão do pensamento, deixando de lado as outras dimensões.

É importante que seja investido em atividades de formação continuada para os docentes, haja visto a necessidade de aprimoramento das metodologias utilizadas por eles. Em plena era das informações, as tecnologias estão tomando conta dos espaços sociais. Inclusive um dos projetos da secretaria de educação do estado, suspenso pelo menos nessas escolas, foi a distribuição de aparelhos notebook para alguns alunos, entretanto só entregar a tecnologia ao pessoal e não prepara-los para usar de modo adequado faz com que a iniciativa não tenha muito futuro.

Em questão de metodologia, as possibilidades de desenvolvimento nas escolas são as mais variadas. Geralmente as escolas estaduais de Pernambuco têm uma grande área física, que possibilita o professor de desenvolver metodologias várias, como por exemplo: os espaços de educação formal, onde dentro da sala de aula o aluno estuda na mesma perspectiva das escolas tradicionais e há também a possibilidade de criar espaços de educação não formal, para isto basta pensar em projetos que agreguem valor a formação destes alunos.

O estado também precisa rever sua política avaliação por resultados, que pressiona os docentes a desenvolverem, mas não dão suporte para isto e dessa forma faz com que os professores precisem buscar outras alternativas de mostrar resultados, formas essas que talvez possam ser dadas na forma de maquiagem de notas. É importante perceber que até os alunos já estão cientes da necessidade de terem bons desempenhos nos índices das avaliações externas.

Esta pesquisa é importante porque a comunidade científica vai até os docentes e discente para saber o que eles estão pensando sobre o programa ao qual estão fazendo parte, dando a oportunidade de mostrar através de um trabalho acadêmico qual a realidade a qual eles vivenciam.

Sobre a qualidade do ensino médio após a implementação do PEI, os professores corroboram que houveram mudanças positivas. Para eles quando se considera o antigo sistema de ensino desenvolvido no estado, o PEI foi um grande avanço na melhoria da educação estadual.

Além dos professores, os alunos avaliam a iniciativa como boa, apesar de estarem desanimados porque conheceram a educação integral, apresentada pelo gestor da escola e pelos comerciais de TV como o sistema de ensino totalmente inovador, onde eles seriam assistidos por uma equipe que, além de competente disponibilizaria da utilização de aparelhos necessários para diversificação do ensino no estado.

Por fim, e seguindo a mesma lógica dos professores, considero que o sistema de ensino integral melhorou em parte a educação do estado em relação ao investimento para manter as escolas da rede, as oportunidades com de projetos oferecidos aos alunos e professores como o Programa Ganhe o Mundo e etc. Mas ele precisa ser repensado para

que haja uma possibilidade de aprimoramento do sistema, sendo assim eles poderiam oferecer aos estudantes uma formação mais humana.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N. N. L. **Amor à profissão, dedicação e o resto se aprende: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização**, In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Educação, 29. 2006, Caxambu. Reuniões Anuais ... Caxambu: ANPED, 2006. Trabalho disponível em <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2570--Int.pdf>>. Acesso em: 30/11/2018.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002
- BOMENY, H. **Salvar pela escola: Programa especial de educação**. Sociologia, problemas e práticas, n.º 55, 2007, pp. 41-67. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n55/n55a04.pdf>. Acessado em: 17/11/2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - **LEI Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01/11/2018.
- BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20/11/2018.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – LEI Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BROOKE, N. **O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago, 2006.
- CAVALHEIRO, C. B., & TEIVE, G. M. (23 a 26 de SETEMBRO de 2013). **MOVIMENTO ESCOLANOVISTA - TRÊS OLHARES**. XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, pp. 21776 - 21787.
- CAVALIERE, A.M. **Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil** In: CAVALIERE, A.M.; COELHO, L.M.C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 93-111.
- COSTA, A. C. G. da. **Educação**. São Paulo, SP: Editora Canção Nova, 2008. (Coleção valores).
- FLICK, U. **Entrevista episódica**. In: GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-136.
- FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 32, n. 116, p. 619-638, jul/set, 2011.

GONDIM, S. M. G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários.** *Estud. Psicologia*, Natal, v. 7, n. 2, 2002.

GOMES, C. A. **Darcy Ribeiro.** Coleção Educadores, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7019-527-2

GUARÁ, I. M. R. **É imprescindível educar integralmente.** Cadernos CENPEC, São Paulo, ano 1, n. 2, p.15-24, 2006.

KITZINGER, J. **Focus groups with users and providers of health care.** In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). *Qualitative research in health care.* 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

LEITE, J. C. Z. **Parceria em educação: o caso do Ginásio Pernambucano.** 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE, 2009.

MAGALHÃES, M. **A juventude ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova.** São Paulo: Albatroz/Loqui, 2008.

MANCEBO, D. **Agenda de Pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente.** In: Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago, 2007.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

_____. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.* Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research.** London: Sage, 1997.

NASCIMENTO, C. R. A. **Programa ética e cidadania – construindo valores na escola e na sociedade: um estudo de caso.** Brasília-DF, 2008.

PERNAMBUCO. Convênio de cooperação técnica e financeira nº 021/2003. Celebram entre si o Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. In: LEITE, João Carlos Zirpoli. **Parceria em educação: o caso do Ginásio Pernambucano.** 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. (Anexos) Recife - PE, 2009

_____. **DECRETO Nº 25. 596 de 01 de julho de 2003.** Cria o centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, e dá outras providências. Diário Oficial do estado de Pernambuco. Recife: CEPE, 2003.

_____. **Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008.** Educação Integral. Disponível em <<http://legis.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2017.

Santos, M. L., Silva, K. N., & Silva, V. C. (2015). **TRABALHO DOCENTE E AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO – intensificação**

em Escolas de Referência da Rede Estadual de Pernambuco. Portal de Periódicos FCLAr - Unesp, pp. 45-65.

SINTEPE. **Nordeste tem piores índices educacionais do país.** Disponível em: <<https://www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/secretarias/sintepe-educacional/389-nordeste-tem-piores-indices-educacionais-do-pais>>. Acessado em: 01/11/2018.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** São Paulo: José Olympio. 1957.

_____. (1961). **Plano de Construções Escolares de Brasília.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 35 (81): 195:199, jan./mar.

UNIVESP. **História da Educação no Brasil - Aula 3 - A igreja e a ação dos jesuítas nos primórdios.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LCjgUGQ7YmQ>>. Acesso em: 01/11/2018.

VELOSO, F. **Experiências de reforma educacional nas últimas duas décadas: o que podemos aprender?** In. VELOSO, F., PESSÔA, S., HENRIQUES, R., GIAMBIAGI, F. (ORGS). Educação básica no Brasil: Construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

VENTURINI, L. **“Como está a desigualdade de renda no Brasil, segundo o IBGE”.** 2017. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE>>. Acesso em: 17/11/2018.

ANEXO A - Convênio de Cooperação nº 021/2003



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Secretaria de Educação e Cultura

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 021/2003, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E O INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA ABAIXO:

O ESTADO DE PERNAMBUCO, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.571.982/0001-25, neste ato representado pelo seu governador Dr. JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS, residente no Palácio do Campo das Princesas – Praça da República – Santo Antônio – Recife-PE, portador da carteira de identidade nº 595946-SSP/PE, CPF nº 001.054.574-34, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA; inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.071/0001-12, com sede na rua Siqueira Campos, nº 304, bairro de Santo Antônio, nesta cidade do Recife, doravante denominado simplesmente PRIMEIRO CONVENIENTE/SEDUC, neste ato representada pelo seu titular Dr. MOZART NEVES RAMOS, brasileiro, casado, engenheiro químico, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da cédula de identidade RG nº 1.023.547-SSP/PE e do CPF/MF sob o nº 185.030.714-87, e o INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE, entidade civil sem fins lucrativos, regularmente constituída e com endereço na Rua Cais do Apolo, nº 222 – 11º andar, bairro do Recife, CEP 50.030-905, nesta cidade do Recife-PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.364.274/0001-83, doravante designado simplesmente SEGUNDO CONVENIENTE/ICE, neste ato representado, nos termos do Estatuto Social pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. MARCOS ANTÔNIO MAGALHÃES, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, inscrito no CPF/MF sob o nº 021.241.064-49, portador da cédula de identidade RG nº 628.332-SSP/PE, residente e domiciliado na Alameda Argentina, nº 482, Alphaville II, Barueri, São Paulo-SP;

CONSIDERANDO que a causa da Educação e do Ensino Público, em especial do ensino médio, é dever e responsabilidade do Poder Público, mas sendo a base do bem comum, também implica co-responsabilidade da sociedade como condição para o aperfeiçoamento do desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que essa co-responsabilidade deve ser estimulada e disseminada na sociedade mediante as mais diversas formas de participação ativa, congregando entidade e pessoas como exercício de cidadania;



Izabela M. Santos Petri
Procuradora do Estado de Pernambuco
Processos Consultivos e TACs
Dist. de Licitação, Contrato e Convênio

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer princípios e diretrizes em torno de uma parceria entre o setor público e entidades da sociedade civil co-responsáveis, que objetive intervir nas questões relativas ao Ensino Público Médio, assegurando sua universalidade e gratuidade, mas ao mesmo tempo aperfeiçoando seus instrumentos de gestão e sobretudo melhoria de qualidade, com mecanismos de controle;

resolvem celebrar o presente Convênio, regido no que couber pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CO-RESPONSABILIDADE

O objetivo principal do presente convênio é a concepção, o planejamento e a execução em conjunto de ações no sentido da melhoria da oferta e qualidade do ensino público médio do Estado de Pernambuco, assegurando a efetividade desse dever do Estado no âmbito da rede pública, através do aporte de recursos técnicos, financeiros e materiais, públicos e privados, conjugados com ações comunitárias, observando os princípios constantes da Constituição da República e das leis específicas.

§1º. – Para consecução do objetivo principal acima delineado e objetivando o desenvolvimento do ensino médio em Pernambuco, as partes convenientes se comprometem formalmente a contribuir de modo permanente e efetivo, na forma adiante especificada, para a Causa de um Ensino Médio de Qualidade, Público e Gratuito, com gestão de qualidade e eficiência sujeitas a aferição de resultados, mediante critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público.

§2º. – Compreende-se como forma de contribuição a conjugação de recursos públicos e da iniciativa privada em ações práticas, efetivas e determinadas, em escolas da rede pública estadual, segundo princípios, normas ou planos pré-definidos neste convênio ou em seus termos complementares, tudo dentro do conceito de co-responsabilidade, com suas implicações de co-gestão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho anexo ao presente instrumento é parte integrante dele, independentemente de transcrição e serão implementados mediante Termos Aditivos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução das ações objeto do presente instrumento caberá às convenientes as seguintes atribuições, sob forma de co-responsabilidade:



[Handwritten signature]
 Isabela M. Silva Nepom
 Procuradora do Estado de P
 Procuradora Consultiva e DALLI
 Desª de Licitação, Controle e Convên

[Handwritten signature]

I – PRIMEIRO CONVENENTE/ SEDUC

Compete ao Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e Cultura, diretamente, através de um órgão, ou unidade administrativa específica de gerenciamento a ser instituída ou designada, na forma prevista na Lei Complementar nº 49/2003 – Art. 16 – que deverá ter existência durante o tempo de execução do presente convênio;

- a) definir e tornar disponível de forma gradual sete pólos micro-regionais, sempre escolhidos de comum acordo com o **SEGUNDO CONVENENTE/ICE** após análises de conveniência, oportunidade, perspectivas de resultados e viabilidade de recursos a serem obtidos junto à comunidade, dentre outros, com a finalidade de neles implantar ou desenvolver "centros educacionais de excelência", segundo modelo cujos princípios básicos estarão previamente definidos, quanto a recursos – humanos, técnicos e materiais – e a ações a serem desenvolvidas;
- b) oferecer as instalações físicas de unidades de ensino e o corpo técnico, necessário à implantação dos "centros";
- c) recrutar e ou selecionar os alunos, professores e pessoal de apoio que serão envolvidos na tarefa em cada um dos "centros", segundo critérios definidos em conjunto com o **SEGUNDO CONVENENTE/ICE** que garantam, conforme o caso, o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do convênio;
- d) desenvolver, no exercício da co-responsabilidade e da co-gestão, em conjunto com o outro convenente, as demais ações que sejam previstas nos termos complementares ou se façam necessárias;
- e) expedir os instrumentos legais ou normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimentos dos objetivos e atividades previstas no presente convênio.

II – SEGUNDO CONVENENTE/ ICE

- a) prover recursos técnicos, materiais e financeiros necessários ou suplementares às atividades a serem desenvolvidas nos "centros";
- b) participar, em sistema de co-gestão e co-responsabilidade, dos órgãos de planejamento, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente convênio em cada um dos pólos escolhidos;
- c) instituir e participar de instrumentos ou órgãos de auxílio, co-gestão, supervisão, fiscalização e controle, sem prejuízo dos demais controles legais ou institucionais, de molde a possibilitar o permanente acompanhamento das atividades, contribuindo e conferindo seu padrão de excelência e eficiência;
- d) mobilizar pessoas e empresas do setor privado com o objetivo de obter recursos necessários ao desenvolvimento das atividades previstas no presente convênio;



3

Isabela
Procuradora do Estado
Procuradoria Geral de
Estado de Pernambuco, Gabinete 202.

[Handwritten signature]

- e) estimular, a partir da experiência dos "centros", a participação e co-responsabilidade de pessoas, empresas e outras organizações da comunidade, nas ações relativas à causa do ensino médio público e gratuito, no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO ÚNICO: Sem prejuízo do objetivo principal e das atribuições e competências acima definidas, os convenientes e intervenientes poderão estabelecer e definir competência para desenvolver outras atividades que se fizerem necessárias, formalizando-as, se for o caso, mediante TERMOS COMPLEMENTARES ao presente convênio, os quais, uma vez celebrados e publicados seus extratos, reputar-se-ão como integrantes do mesmo convênio obrigando desde logo seus partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS COMPLEMENTARES

Fará parte integrante e complementar deste convênio o Termo Complementar anexo, com o fito de documentar de forma específica a forma como as ações serão desenvolvidas inicialmente, com a definição dos propósitos, princípios e as responsabilidades e atribuições de cada integrante dentro do plano operacional do primeiro "centro" de que trata a Cláusula Terceira, item I.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nada obstante o Termo Complementar acima aludido, o presente convênio deverá ser complementado, periodicamente, por outros TERMOS COMPLEMENTARES, na medida das necessidades, com novas definições ou ajustes, os quais se integrarão ao convênio como se nele previsto e, uma vez publicados por extrato no Diário Oficial do Estado, passarão a obrigar as partes convenientes e intervenientes na forma prevista no parágrafo único ao item II da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

Para o pleno desenvolvimento dos objetivos previstos na Cláusula Primeira as partes se obrigam a contribuir com os recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros necessários, os quais serão alocados e empregados de acordo com os órgãos de gestão e gerenciamento de cada "centro" segundo os Termos Complementares e planos de trabalho específicos aprovados pelos convenientes e intervenientes, sempre sob a orientação e supervisão da unidade administrativa prevista no item I da Cláusula Terceira.

§1º. – Os recursos técnicos e financeiros para atendimento à execução do presente convênio, pelo **PRIMEIRO CONVENIENTE/SEDUC**, correrão a conta de dotação orçamentária própria, destinada ao custeio da organização e gestão da rede escolar na educação básica, incluídos no orçamento geral do Estado, e alocados conforme a sua natureza, em cada exercício, mediante Termo Aditivo, sem que haja transferência destes recursos ao **SEGUNDO CONVENIENTE/ICE**.



Handwritten signature

Handwritten signature
 Izabela M. Santos
 Procuradora de Estado do PE
 Procuradoria-Chefe do ICCE
 Depto de Licitação, Contratos e Convênios

Handwritten signature

§2º. – Os recursos técnicos e financeiros a serem aportados pelo **SEGUNDO CONVENIENTE** constituir-se-ão de contribuições em bens ou dinheiro, doações, cessão de uso, comodatos e bolsas ou outros recursos, próprios ou de terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO DOS CONVENIENTES

O convênio deverá ser executado fielmente pelos convenientes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma delas pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial a que tiver dado causa

PARÁGRAFO ÚNICO - A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste Convênio não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **PRIMEIRO CONVENIENTE/SEDUC**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente convênio será publicado por extrato, no Diário Oficial do Estado, dando-se conhecimento do mesmo à Assembléia Legislativa e/ou à Câmara Municipal, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 116, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo inicial de vigência do presente convênio, ressalvadas as hipóteses de rescisão adiante previstas, tendo em vista que os objetivos dos programas a serem desenvolvidos demanda longo prazo para se aferir resultados, é de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, podendo no entanto ser prorrogada sua vigência no interesse dos objetivos do mesmo e conveniência dos convenientes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nada obstante o prazo mínimo inicial estipulado, sendo da natureza dos convênios a possibilidade de cada conveniente livremente denunciá-los, as obrigações assumidas segundo os Termos Complementares ficarão mantidas, procedendo-se, conforme o caso, aos ajustes ou indenizações respectivas na hipótese de retirada.

CLÁUSULA NONA – DO ADITAMENTO

As alterações por ventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste convênio serão efetivadas mediante prévio Termo Aditivo, que o integrará para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO



Isabela M. Salto
 Isabela M. Salto 2007444
 Procuradora do Estado ex
 Procuradora Consultiva e MEC
 Deptº de Licitações, Contratos e Câmaras

O presente convênio será rescindido antecipadamente caso se evidencie a inviabilidade ou impossibilidade de alcançar os objetivos estabelecidos.

PARÁGRAFO ÚNICO: As demais hipóteses de rescisão serão estabelecidas em Termo Complementar e contrato que definirão a execução das obrigações pendentes e o destino dos bens utilizados na execução dos programas previstos no presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AÇÃO PROMOCIONAL

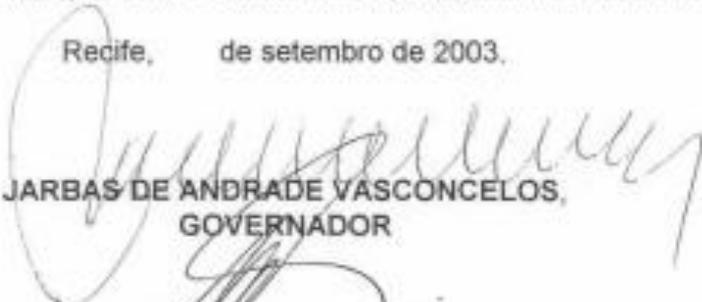
Os partícipes ajustam que qualquer ação promocional relacionada com os objetivos deste convênio terá, obrigatória e exclusivamente, finalidade institucional, informativa, impessoal e educativa, destacando a participação da **PRIMEIRO CONVENIENTE/SEDUC** e de eventuais empresas privadas que venham a se associar aos esforços do **SEGUNDO CONVENIENTE/ICE** e sempre que possível estimulando a participação co-responsável de pessoas e organizações da comunidade.

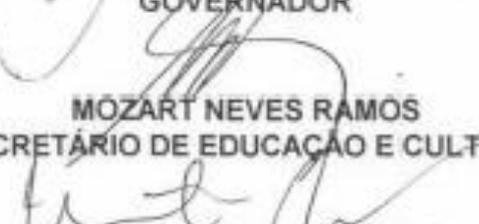
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

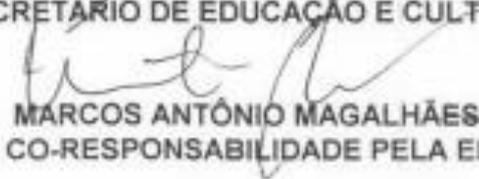
Fica desde já eleito pelas convenientes, o foro da Comarca do Recife, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução do presente convênio.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e, que também o subscrevem.

Recife, de setembro de 2003.


JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS,
 GOVERNADOR

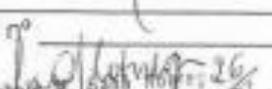

MOZART NEVES RAMOS
 SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA


MARCOS ANTÔNIO MAGALHÃES.
 INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
 CPF/MF nº _____ CPF/MF nº _____




 Instituto de Santa Helena, 26
 Procuradoria do Estado de P
 Procuradoria Execução e DALC
 Depto de Gestão, Controle e Correc

ANEXO B - LEI Nº 12.588, DE 21 DE MAIO DE 2004.

(Revogada pelo art. 11 da [Lei Complementar nº 125, 10 de julho de 2008.](#))

Cria a Unidade Técnica de Coordenação do Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, vinculada ao gabinete de seu titular, a Unidade de Coordenação do Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental - UCP/CEE, unidade técnica, dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, a qual compete:

I - Planejar, gerir, coordenar e controlar as atividades do Programa de Desenvolvimento de Centros de Ensino Experimental;

II - cumprir as obrigações que lhe forem imputadas em contratos e convênios celebrados com entidades públicas e privadas;

III - administrar os recursos financeiros alocados ao programa e as respectivas contas bancárias, promovendo sua contabilização gerencial e controlando sua adequada aplicação;

IV - realizar diretamente as licitações necessárias à execução das ações a cargo do programa e das unidades administrativas da Secretaria de Educação e Cultura nele envolvidas;

V - monitorar e avaliar o cumprimento das metas previstas no programa, fixando os indicadores;

VI - promover a articulação com outros programas e projetos com objetos afins ao do programa.

Parágrafo único. Funcionará junto à UCP/CEE uma comissão de licitação.

Art. 2º A integração das unidades de ensino à rede de Centros de Ensino Experimental e Escolas de Referência, abrangidas pelo respectivo Programa, dar-se-á por ato do Secretário de Educação e Cultura, por proposta da Unidade Técnica de que trata a presente Lei. 159

Art. 3º Os cargos comissionados e funções gratificadas necessárias à gestão e execução do Programa serão alocados pelo Secretário de Educação e Cultura, dentre os cargos e funções vinculados a sua estrutura administrativa.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do campo das princesas em 21 de maio de 2004.

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS
Governador do Estado

CELECINA DE SOUZA PONTUAL
RICARDO GUIMARÃES DA SILVA
MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO
RAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado.

ANEXO C - LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE JULHO DE 2008

Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o Programa de Educação Integral, vinculado à Secretaria de Educação, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do ensino médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. O Programa de Educação Integral será implantado e desenvolvido, em regime integral ou semi-integral, nas Escolas de Referência em Ensino Médio, unidades escolares da Rede pública Estadual de Ensino, conforme estabelecido em Regulamento.

Art. 2º O Programa ora criado tem por finalidade:

I – executar a Política Estadual de Ensino Médio, em consonância com as diretrizes das políticas educacionais fixadas pela Secretaria de Educação;

II – sistematizar e difundir inovações pedagógicas e gerenciais;

III – difundir o modelo de educação integral no Estado, com foco na interiorização das ações do governo e na adequação da capacitação de mão de obra, conforme a vocação econômica da região;

IV – integrar as ações desenvolvidas nas Escolas de Referência em Ensino Médio em todo o Estado, oferecendo atividades que influenciem no processo de aprendizagem e enriquecimento cultural;

V – promover e apoiar a expansão do ensino médio integral para todas as microrregiões do Estado;

VI – consolidar o modelo de gestão para resultados nas Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação;

VII – estimular a participação coletiva da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da Escola;

VIII – viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas ou privadas que visem a colaborar com a expansão do Programa de Educação Integral no âmbito Estadual;

IX – integrar o ensino médio à educação profissional de qualidade como direito a cidadania, componente essencial de trabalho digno e do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º Fica criada, na estrutura da Secretaria de Educação, vinculada ao gabinete de seu titular, a Unidade Técnica de Coordenação do Programa de Educação Integral, dotada de autonomia técnica e financeira, a qual compete planejar e executar as ações do Programa ora criado e, em especial:

I – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento das ações pedagógicas e gerenciais das Escolas de Referência em Ensino Médio;

II – gerenciar o processo de organização e funcionamento das Escolas de Referência, visando à melhoria da qualidade do ensino médio, a preparação para o trabalho e a inclusão social;

III – assegurar a unidade gerencial das Escolas de Referência em Ensino Médio;

IV – planejar e executar programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa;

V – implantar o Projeto de Protagonismo Juvenil nas escolas vinculadas ao Programa de Educação Integral;

VI – disseminar as experiências exitosas para as demais Escolas da Rede Estadual de Ensino;

VII – promover o planejamento para a expansão das Escolas de Referência em Ensino Médio e definir padrões básicos de funcionamento;

VIII – assegurar a interiorização das Escolas de Referência em Ensino Médio;

IX – assegurar a implantação de educação profissional, de acordo com as demandas local e regional;

X – gerenciar o processo de definição, institucionalização e funcionamento das Escolas de Referência associando a qualidade do ensino médio e a inclusão social;

XI – articular e coordenar novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas ou privadas, organizações civis sem fins lucrativos e institutos, visando ao fortalecimento do Programa, sua ampliação e melhoria do ensino;

XII – assegurar, observada a compatibilidade de espaço físico e de horários, Educação de Jovens e Adultos no âmbito das Escolas de Referência em Ensino Médio.

Art. 4º Os atuais Centros de Ensino Experimental ficam redenominados "Escolas de Referência em Ensino Médio".

Art. 5º O Programa de Educação Integral será executado, inicialmente, em 51 (cinquenta e uma) Escolas de Referência, das quais 33 (trinta e três) em jornada integral e 18 (dezoito) em jornada semi-integral, implementadas em pólos microrregionais do Estado.

§ 1º Os diretores, secretários, educadores de apoio, coordenadores administrativos, coordenadores de biblioteca, chefes de núcleos de laboratório e coordenadores sócio educacionais lotados e com exercício nas Escolas de Referência em Ensino Médio cumprirão jornada de trabalho em regime integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) dias.

§ 2º Os professores lotados e com exercício nas Escolas de Referência em Ensino Médio cumprirão jornada de trabalho em regime integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ou semi-integral, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas semanais, distribuídas em 05 (cinco) dias, de acordo com o funcionamento de cada Escola.

§ 3º O professor que exerça a função de Diretor nas Escolas de Referência, cumprirá jornada de trabalho em regime integral, com dedicação exclusiva.

§ 4º A gratificação de localização especial prevista no artigo 3º, inciso I, alíneas "a" e "b" da [Lei nº 12.965 de 26 de dezembro de 2005](#), e alterações, será concedida, exclusivamente, para os professores participantes do Programa de Educação Integral, ora instituído.

§ 5º A seleção para o cargo de Diretor das Escolas de Referência dar-se-á conforme disposto em Regulamento.

Art. 6º Atribuir-se-á aos diretores e secretários das Escolas de Referência a gratificação de representação prevista na [Lei nº 12.242, de 28 de junho de 2002](#), e alterações.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, as Escolas de Referência ficam enquadradas como escolas de grande porte.

Art. 7º Ficam criados, no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo, constante da [Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007](#), e alterações, os cargos comissionados discriminados no Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os cargos e funções de que trata o caput deste artigo serão alocados mediante Regulamento.

Art. 8º Ficam extintos, no Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Executivo, constante da [Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007](#), e alterações, os cargos comissionados discriminados no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 9º. As despesas com a execução da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, e, em especial, o [Decreto nº 26.307, de 15 de janeiro de 2004](#), a [Lei nº 12.588, de 21 de maio de 2004](#), e a [Lei nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005](#).

Palácio do Campo das Princesas, em 10 de julho de 2008.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
Governador do Estado

DANILO JORGE DE BARROS CABRAL
LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR

**ANEXO I
CRIAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO
CDA-3	Direção Superior-3	03
CDA-5	Direção Superior-5	02
CAA-1	Cargo Apoio e Assessoramento-1	02
CAA-4	Cargo Apoio e Assessoramento-4	178
TOTAL	-	185

**ANEXO II
EXTINÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS**

SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	QUANTITATIVO
CDA-4	Direção Superior-4	01
CAA-2	Cargo Apoio e Assessoramento-2	13
CAA-3	Cargo Apoio e Assessoramento-3	39
CAA-5	Cargo Apoio e Assessoramento-5	13
TOTAL	-	66

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTA COM DOCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, concordo em ser entrevistado por _____, integrante da Pesquisa **Ensino Médio Integral/ Integrado e/ou em Jornada Ampliada no Contexto da Avaliação por Resultados – os desafios para o Trabalho Docente**, financiada pelo Edital MCTI/ CNPq/ Universal 14/2014, desenvolvida pelo Grupo Gestor – Pesquisa em Gestão da Educação e Políticas do Tempo Livre/ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Coordenada pela Professora Katharine Ninive Pinto Silva, que pode ser contatado pelo e-mail katharineninive@gmail.com e pelos telefones (81) 98810-1383, (81) 2126-8334 e (81) 2126-7774. Tenho ciência de que o estudo tem como objetivo geral: Refletir sobre a relação entre a Política de Avaliação por Resultados, a implementação do Ensino Médio Integral, Integrado ou em jornada ampliada, as condições de trabalho docente e o currículo do Ensino Médio nessas modalidades. Tenho ciência de que a entrevista terá o áudio gravado e depois transcrito. Autorizo a utilização dessa entrevista apenas para a finalidade acadêmica e sendo resguardada a minha identidade, sendo garantido o anonimato das minhas declarações através do uso de nome fictício de minha escolha. Além disso, tenho ciência que a minha participação é voluntária e que posso desistir da mesma durante a sua realização.

Nome: _____

Instituição: _____

Nome fictício (para ser usado na pesquisa): _____

Assinatura

_____, ____ de _____ de _____

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CENTRO
ACADÊMICO DO AGRESTE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

OBS: Este Termo de Assentimento para o menor de 7 a 18 anos não elimina a necessidade da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta?. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Eriwelton Antonio de Holanda, residente na Av. Cel. Joaquim Alves dos Santos, 195, Centro, Altinho – PE, CEP: 55490-000. Telefone: (81) 99822-8341, e-mail: eriweltonantonio.360@gmail.com. Está sob a orientação de: Katharine Ninive Pinto Silva, Telefone: (81) 98810-1383, e-mail: katharineninive@gmail.com.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** O objetivo da pesquisa é refletir sobre a qualidade de ensino ofertado nas Escolas de Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco na perspectiva dos alunos/as. Para o desenvolvimento do trabalho serão convidados alguns/mas alunos/as da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia para compor o grupo focal (uma forma de entrevista baseada na comunicação e interação) que será direcionado e mediado pelo pesquisador. A reflexão será feita através de análise da gravação de áudio do momento da entrevista.

- O período de participação do voluntário na pesquisa será iniciado as 8:00h e será encerrado por volta das 9:30h, sendo prevista uma única visita para a pesquisa na supracitada.
- O voluntário terá direito de não responder algumas perguntas ou desistir da pesquisa caso sinta necessidade, sendo respeitado sua escolha.
- Os benefícios da pesquisa para o voluntário serão: Momento de transdisciplinaridade, onde os (as) alunos (as) terão oportunidade de compartilhar conhecimentos que vão além daqueles previstos nos currículos escolares e refletir sobre sua formação, bem como ajudarão no desenvolvimento de estudos sobre o sistema de ensino.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo - ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – COMO OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO AVALIAM ESSA PROPOSTA? -, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e

benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Altinho, ____/____/2018

Assinatura do (da) menor:

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REPRESENTANTES DA ESCOLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos a sua autorização para realização de entrevista ou grupo focal com alunos (as) da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Francisco Joaquim de Barros Correia para participarem, como voluntários (as), da pesquisa: Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta?

Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Eriwelton Antonio de Holanda, residente na Av. Cel. Joaquim Alves dos Santos, 195, Centro, Altinho – PE, CEP: 55490-000. Telefone: (81) 99822-8341, e-mail: eriweltonantonio.360@gmail.com. Está sob a orientação de: Katharine Ninive Pinto Silva, Telefone: (81) 98810-1383, e-mail: katharineninive@gmail.com.

O/a Senhor/a será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida a respeito da participação deles/as na pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o/a Senhor/a concordar que os (as) alunos (as) façam parte do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Uma via deste termo de consentimento lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. O/a Senhor/a estará livre para decidir que eles/as participem ou não desta pesquisa. Caso não aceite que eles/as participem, não haverá nenhum problema, pois decidir que os/as alunos/as participem é um direito seu. Caso não concorde, não haverá penalização para eles/as, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** O objetivo da pesquisa é refletir sobre a qualidade de ensino ofertado nas Escolas de Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco na perspectiva dos alunos/as. Para o desenvolvimento do trabalho serão convidados alguns/mas alunos/as da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia para compor o grupo focal (uma forma de entrevista baseada na comunicação e interação) que será direcionado e mediado pelo pesquisador. A reflexão será feita através de análise da gravação de áudio do momento da entrevista.

- O período de participação do voluntário na pesquisa será iniciado as 8:00h e será encerrado por volta das 9:30h, sendo prevista uma única visita para a pesquisa na supracitada.
- O voluntário terá direito de não responder algumas perguntas ou desistir da pesquisa caso sinta necessidade, sendo respeitado sua escolha.
- Os benefícios da pesquisa para o voluntário serão: Momento de transdisciplinaridade, onde os (as) alunos (as) terão oportunidade de compartilhar conhecimentos que vão além daqueles previstos nos currículos escolares e refletir sobre sua formação, bem como ajudarão no desenvolvimento de estudos sobre o sistema de ensino.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação dos/as voluntários (as). Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para eles/elas participarem desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação deles/as na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____,
CPF _____, abaixo assinado, autorizo a participação dos alunos (as) no estudo - Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta? -, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes

da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim ou para o (a) menor em questão.

Altinho ____/____/2018

Assinatura do (da) responsável:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do

voluntário em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS/RESPONSÁVEIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos a sua autorização para convidar o (a) seu/sua filho (a) _____ para participar, como voluntário (a), da pesquisa: Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta?.

Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Eriwelton Antonio de Holanda, residente na Av. Cel. Joaquim Alves dos Santos, 195, Centro, Altinho – PE, CEP: 55490-000. Telefone: (81) 99822-8341, e-mail: eriweltonantonio.360@gmail.com. Está sob a orientação de: Katharine Ninive Pinto Silva, Telefone: (81) 98810-1383, e-mail: katharineninive@gmail.com.

O/a Senhor/a será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida a respeito da participação dele/a na pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o/a Senhor/a concordar que o (a) menor faça parte do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Uma via deste termo de consentimento lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. O/a Senhor/a estará livre para decidir que ele/a participe ou não desta pesquisa. Caso não aceite que ele/a participe, não haverá nenhum problema, pois desistir que seu filho/a participe é um direito seu. Caso não concorde, não haverá penalização para ele/a, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** O objetivo da pesquisa é refletir sobre a qualidade de ensino ofertado nas Escolas de Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco na perspectiva dos alunos/as. Para o desenvolvimento do trabalho serão convidados alguns/mas alunos/as da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia para compor o grupo focal (uma forma de entrevista baseada na comunicação e interação) que será direcionado e mediado pelo pesquisador. A reflexão será feita através de análise da gravação de áudio do momento da entrevista.
- O período de participação do voluntário na pesquisa será iniciado as 8:00h e será encerrado por volta das 9:30h, sendo prevista uma única visita para a pesquisa na supracitada.

- O voluntário terá direito de não responder algumas perguntas ou desistir da pesquisa caso sinta necessidade, sendo respeitado sua escolha.
- Os benefícios da pesquisa para o voluntário serão: Momento de transdisciplinaridade, onde os (as) alunos (as) terão oportunidade de compartilhar conhecimentos que vão além daqueles previstos nos currículos escolares e refletir sobre sua formação, bem como ajudarão no desenvolvimento de estudos sobre o sistema de ensino.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário (a). Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele/ela participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____,
 CPF _____, abaixo assinado, responsável por
 _____, autorizo a sua participação no
 estudo - Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta? -, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele

(a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim ou para o (a) menor em questão.

Altinho ____/____/2018

Assinatura _____ do _____ (da) _____ responsável:

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do

voluntário em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ALUNOS MAIORES DE IDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você _____, para participar como voluntário (a) da pesquisa: Escolas de Tempo Integral do Estado de Pernambuco – como os estudantes do Ensino Médio avaliam essa proposta?. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Eriwelton Antonio de Holanda, residente na Av. Cel. Joaquim Alves dos Santos, 195, Centro, Altinho – PE, CEP: 55490-000. Telefone: (81) 99822-8341, e-mail: eriweltonantonio.360@gmail.com. Está sob a orientação de: Katharine Ninive Pinto Silva, Telefone: (81) 98810-1383, e-mail: katharineninive@gmail.com.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** O objetivo da pesquisa é refletir sobre a qualidade de ensino ofertado nas Escolas de Ensino Médio Integral do Estado de Pernambuco na perspectiva dos alunos/as. Para o desenvolvimento do trabalho serão convidados alguns/mas alunos/as da Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia para compor o grupo focal (uma forma de entrevista baseada na comunicação e interação) que será direcionado e mediado pelo pesquisador. A reflexão será feita através de análise da gravação de áudio do momento da entrevista.
- O período de participação do voluntário na pesquisa será iniciado as 8:00h e será encerrado por volta das 9:30h, sendo prevista uma única visita para a pesquisa na supracitada.
- O voluntário terá direito de não responder algumas perguntas ou desistir da pesquisa caso sinta necessidade, sendo respeitado sua escolha.
- Os benefícios da pesquisa para o voluntário serão: Momento de transdisciplinaridade, onde os (as) alunos (as) terão oportunidade de compartilhar conhecimentos que vão além daqueles previstos nos currículos escolares e refletir

sobre sua formação, bem como ajudarão no desenvolvimento de estudos sobre o sistema de ensino.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado, pelo período mínimo de 5 anos, após o término da pesquisa.

Você não pagará nada para participar desta pesquisa, também não receberá nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

Altinho, ____/____/2018

Assinatura do (da) voluntário (a):

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: